

Quem disse ?

«O que o 25 de Novembro significa efectivamente é o triunfo da democracia pluralista prometida aos portugueses pelos militares de Abril»

Edmundo Pedro
Expresso, 25 de Novembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres condena demagogia da oposição

Orçamento de Estado aprovado pelo PS

O PS obteve mais uma importante vitória, conseguindo que os seus votos tivessem sido decisivos para a aprovação do Orçamento de Estado de 2001. Dentro do continuado espírito destrutivo na vida política nacional, PSD, PCRRP e Bloco de Esquerda optaram pela rejeição na votação final global. O ex-deputado do PP e presidente da Câmara de Ponte de Lima, Daniel Campelo, optou pela abstenção.

Após a votação, ainda presente na Assembleia da República, o primeiro-ministro, António Guterres, criticou as propostas de alteração apresentadas pelos partidos da oposição ao Orçamento de Estado e acusou-os de ter uma postura de «pura demagogia política».

Questionado sobre a rejeição de todas as alterações apresentadas pela oposição, António Guterres manifestou estranheza por os partidos que acusam o Governo de ser despesista terem apresentado sistematicamente propostas que aumentariam as despesas e reduziriam as receitas. Para o primeiro-ministro, a postura dos partidos da oposição «não foi uma atitude de diálogo, mas de pura demagogia, para depois poderem dizer que prometeram os maiores benefícios e que o Governo é que os não concedeu».

«Por parte dos partidos da oposição houve uma vontade clara de não aprovar o Orçamento, de abrir uma crise política e de provocar um período de instabilidade muito prolongado», acusou António Guterres, depois de abandonar o plenário da Assembleia da República.

O primeiro-ministro assegurou ainda que o Governo cumprirá a sua promessa de não aumentar o preço dos combustíveis até ao final do ano, fazendo questão de desligar esta medida das eleições para a Presidência da República, que se realizam a 14 de Janeiro próximo.

Medidas do PS para o Orçamento de Estado de 2001

AUTARQUIAS COM CRESCIMENTO RECORDE POLUIDORES MAIS PENALIZADOS

O Orçamento de Estado de 2001 vai consagrar o maior aumento de sempre na transferência de verbas da Administração Central para as autarquias locais. No próximo ano, a proposta do Governo prevê um crescimento de 13,6 dos montantes que irão beneficiar os municípios. Também as juntas de freguesia terão direito a um crescimento de 10,5 por cento face ao corrente ano. Se estes aumentos forem comparados com as verbas de 1995, o último ano de «cavaquismo», as diferenças são enormes. No Orçamento de Estado, os socialistas também demonstraram uma grande preocupação com a preservação do ambiente, agravando os impostos dos veículos de recreio e, pelo contrário, introduzindo incentivos fiscais aos meios de transporte não poluentes.



Política

Apoiantes de Ferreira do Amaral com discurso grosseiro Jorge Sampaio recusa campanha suja



O candidato do Partido Socialista à Presidência da República, Jorge Sampaio, deixou já bem claro que não vai responder aos insultos e à desesperada tentativa do PSD e de Ferreira do Amaral o envolverem numa campanha pela negativa, em que a troca de acusações pretende esquecer os grandes problemas em causa nas próximas eleições.

Sociedade & País

Prémio Norte/Sul Sampaio elogiou o estadista e humanista Mário Soares



O Presidente da República entregou no dia 2 no Parlamento ao seu antecessor, Mário Soares, e a Marguerite Barankitse, do Burundi, o prémio Norte/Sul de Lisboa do Conselho da Europa. Num curto discurso de improviso após a entrega do prémio, Jorge Sampaio elogiou o ex-Presidente da República e Marguerite Barankitse, cuja acção se tem destacado na protecção das crianças vítimas da guerra e da fome, como exemplos perfeitos da «trindade constituída pelo simbólico, o real e o utópico».



Sampaio aposta em campanha pela positiva

A atitude do candidato presidencial Jorge Sampaio durante a campanha eleitoral em curso é a de pautar-se pela serenidade e firmeza, dela saindo uma claríssima mensagem de tolerância. Ao invés da campanha do candidato «dos não socialistas» que resvala sistematicamente para a «grosseira», Jorge Sampaio, candidato de todos os portugueses, entende que a campanha deve ser aberta, permitindo a discussão das questões fundamentais do País e dos portugueses.

Sampaio, que ao longo dos últimos dias tem vindo a inaugurar várias sedes da sua recandidatura, tem apelado sistematicamente para que impere nesta campanha o bom senso, «espero que façamos desta campanha eleitoral uma lição de tolerância, de civismo, uma lição de tolerância e de solidariedade».

O próprio candidato tem, aliás, dado disso exemplo ao não responder aos constantes insultos e à desesperada tentativa do PSD e de Ferreira do Amaral de o envolverem numa campanha pela negativa, em que a troca de acusações pretende esquecer os grandes problemas em causa nas próximas eleições. Jorge Sampaio quer e aposta numa campanha séria e simples, até porque o candidato a ser eleito no próximo dia 14 de Janeiro vai ser o presidente de todos os portugueses e não apenas o «dos não socialistas».

Ao longo desta semana Jorge Sampaio tem vindo a esclarecer qual é o seu entendimento da função de Presidente da República. Para o candidato presidencial, a sua reeleição é a garantia da continuação do cumprimento do papel que a Constituição lhe atribui e nunca o de «chapéu de chuva» do Governo ou de contrapoder. «Sempre decidi solitariamente. Nunca cedi aos interesses de quem quer que seja, nunca pedi instruções nem dei satisfações a ninguém dos meus actos como Presidente», garantiu Jorge Sampaio. E, sublinha, «tenho a convicção de que fui imparcial e quero continuar a ser assim, sem funcionar como chapéu de chuva do Governo ou assumir o papel de partido da oposição ou de contrapoder», recordando que, ao longo do seu primeiro mandato no Palácio de Belém, foi sempre «um Presidente independente, apesar de muitas vezes ter estado solitariamente a decidir as questões».

Para Jorge Sampaio, as sedes da sua recandidatura não servem para «discutir os partidos» ou «as funções que os partidos têm que assumir na sociedade portuguesa», no pressuposto de que as forças partidárias «não podem pedir bengalas ou procuradores» para funções que lhes pertencem e que «são diferentes das do Presidente da República».

Uma outra nota de relevo, nesta campanha de Jorge Sampaio, prende-se com o constante desafio do candidato presidencial aos portugueses no sentido de «derrotarem os profetas do Apocalipse», porque a situação portuguesa «é complexa, mas não de desespero». «Temos todos os ingredientes para derrotar os bloqueios ainda existentes». A nossa confiança e o nosso optimismo – afirma Sampaio – são instrumentos decisivos de resolução dos nossos problemas.



RESPOSTA SOCIALISTA À CRISE EUROPEIA

O «AS» de 25 de Novembro de 1982 publicava nas páginas 10 e 11 o texto integral de um importante documento aprovado pela União dos Partidos Socialistas da CEE (UPSCE).

No documento, a UPSCE considerava que «a adesão de Portugal e da Espanha e o consequente alargamento da CEE é um imperativo político urgente».

Numa Europa a viver uma recessão económica, os socialistas do Velho Continente defendiam que a luta pelo pleno emprego devia ser a máxima prioridade.

A experiência nos EUA (Reagan, «compagnon de route» da sra. Thatcher nas políticas neoliberais da então chamada Nova Direita) e no Reino Unido (Thatcher, a durona dama de ferro que com a sua política ultraliberal lançou milhares de súbditos de Sua Majestade para a miséria) – referiam os socialistas e sociais-democratas europeus - «prova que a estratégia dos conservadores, apoiada na capacidade de o mercado se regenerar a

si mesmo, não funciona. Tais políticas, de facto, agravam a crise, sobretudo através do desemprego crescente».

J. C. CASTELO BRANCO

25 de Novembro

Quem disse?

«O ataque aos partidos foi sempre, em Portugal, o discurso da direita»
Manuel Alegre



Deputado Vítor Ramalho contra flagelo no IP4

O deputado socialista Vítor Ramalho, eleito pelo círculo de Vila Real, defendeu no dia 27 a tomada de medidas urgentes contra a falta de segurança no IP4, onde este fim-de-semana morreram oito pessoas em dois acidentes.

Vítor Ramalho considerou que a falta de segurança naquela via se tornou num «verdadeiro flagelo» e exprimiu a sua «solidariedade às famílias enlutadas e às que têm entes queridos hospitalizados».

«O grau de sinistralidade no IP4 levar-me-á com a maior urgência a fazer diligências na Assembleia da República de forma a reforçar a sensibilização para a prevenção e a encetar de imediato as medidas necessárias para que seja superado este verdadeiro flagelo que afecta os transmontanos», disse.

O acidente mais grave ocorreu na localidade de Passos, Mirandela, de que resultaram oito mortos, a totalidade dos passageiros



transportados por dois automóveis que chocaram de frente.

Num outro desastre, morreram dois jovens dos quatro que seguem num veículo, tendo os sobreviventes sido hospitalizados em estado grave.

O excesso de velocidade e o piso molhado poderão estar na origem dos dois acidentes.

Turismo Plataforma electrónica

O Ministério da Economia está a criar uma plataforma de acesso ao negócio electrónico turístico, destinada aos turistas e às empresas do sector, revelou, no dia 28, fonte daquele ministério.

A medida, a implementar através da Secretaria de Estado do Turismo, visa fornecer aos agentes uma infra-estrutura electrónica que possibilite a concretização de negócios e contratos através da Internet e outros meios electrónicos.

O projecto envolve várias entidades e associações empresariais, sob coordenação da Secretaria de Estado, entre as quais a Direcção-Geral do Turismo, ICEP, Instituto Nacional de Formação Turística, Associação Portuguesa de Agências de Viagem e Turismo

e várias associações empresariais do sector. A Secretaria de Estado pretende dinamizar uma política integrada de intervenção do turismo no negócio electrónico, integrando num sistema único as competências essenciais à realização do negócio turístico. Pretende, também, induzir os agentes económicos nacionais a intervir na «nova economia», através do seu desenvolvimento numa plataforma avançada de negócio electrónico a projectar internacionalmente, com base numa operação integrada de marketing e promoção.

Para o efeito, serão canalizados recursos do Programa Operacional de Economia (POE), instrumento financeiro que coloca 150 milhões de contos à disposição do sector.

Guia da Qualidade Lares a caminho da certificação

O processo de certificação da qualidade dos lares teve início, no dia 28, em Lisboa, com o lançamento do «Guia da Qualidade em Lares de Idosos», um instrumento de orientação para os proprietários das instituições que pretendam ser reconhecidas.

O Guia, que foi apresentado pelo secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, aborda questões de funcionamento das instituições e visa alertar os proprietários e gestores de instituições de acolhimento de idosos para a necessidade da prestação de um serviço de qualidade que não passa apenas pelo cumprimento da lei em termos físicos.

«A qualidade de um lar ultrapassa as condições físicas exigidas pela lei e alcança todo um conjunto de medidas e actividades que dignificam a vida e o bem-estar dos

idosos», disse uma fonte governamental. O mesmo responsável sustentou que o processo de candidatura para a certificação da qualidade dos lares é «voluntário» e tem como objectivo a «interiorização de uma vontade de melhoria contínua e permanente com a adopção de um sistema assumido pela gestão que coloca o utente no centro das prioridades da instituição».

A certificação processa-se com a apresentação da candidatura por parte da direcção do lar que será, posteriormente, sujeito a uma auditoria para averiguação do cumprimento das normas de qualidade definidas pelo Guia.

O Instituto Português da Qualidade é a entidade responsável pela emissão do certificados embora não tenha intervenção no processo de fiscalização das condições de actividade da instituição.

AUTARQUIAS COM CRESCIMENTO RECORDE – POLUIDORES MAIS PENALIZADOS

O Orçamento de Estado de 2001 vai consagrar o maior aumento de sempre na transferência de verbas da Administração Central para as autarquias locais. No próximo ano, a proposta do Governo prevê um crescimento de 13,6 dos montantes que irão beneficiar os municípios. Também as juntas de freguesia terão direito a um crescimento de 10,5 por cento face ao corrente ano. Se estes aumentos forem comparados com as verbas de 1995, o último ano de «cavaquismo», as diferenças são enormes. No Orçamento de Estado, os socialistas também demonstraram uma grande preocupação com a preservação do ambiente, agravando os impostos dos veículos de recreio e, pelo contrário, introduzindo incentivos fiscais aos meios de transporte não poluentes.

O Grupo Parlamentar do PS conseguiu fazer aprovar na segunda-feira uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado de 2001, na qual se estabelece um crescimento mínimo de cinco por cento para todas as freguesias do País. Esta medida vai contemplar 960 juntas de freguesia de Portugal, representando um investimento global de 204 mil contos no próximo ano. Também no sentido de aumentar a descentralização de recursos e de continuar a cumprir rigorosamente a Lei das Finanças Locais, o Orçamento de Estado vai transferir mais 13,6 por cento de verbas para os municípios portugueses. Ou seja, o Governo irá transferir para as câmaras municipais cerca de 373 milhões de contos, mais 45 milhões de contos do que no corrente ano. Já se estes investimentos forem comparados com o último ano de «cavaquismo», em 1995, o aumento é na ordem dos 75 por cento. Simultaneamente, em 2001, também as juntas de freguesia terão direito a um crescimento de verbas de 10,5 por cento face ao corrente ano. Pelo Orçamento de Estado do próximo ano, as juntas de freguesias irão beneficiar de 30,6 milhões de contos, correspondendo a mais 2,8 milhões de contos em relação a este ano. Em comparação com 1995, a subida atinge os 18 milhões de contos, o que representa um crescimento de 139 por cento.

Para além destes montantes, ainda no que respeita à política do Governo para as autarquias locais, o Orçamento de Estado vai contemplar a introdução de um Fundo de Base Municipal, com a atribuição de 55 milhões de contos repartidos de forma igualitária por todos os municípios, a que



corresponde 171 mil contos por concelho. No Orçamento de Estado, então também garantidos crescimentos mínimos por escalões populacionais. Assim sendo, para o próximo ano fica assegurado que 108 municípios com menos de 10 mil habitantes terão um crescimento de verbas da Administração Central na ordem dos 17 por cento. Por outro lado, 73 municípios com uma população entre os 10 e os 20 mil habitantes serão beneficiados com uma subida de fundos acima dos 17 por cento. Finalmente, no universo de 308 municípios, 165, o que representa mais de metade do total nacional, apresentarão um crescimento acima da média do país.

Falta de autoridade das oposições

Ao longo do debate do Orçamento, na especialidade, também ficou desmascarada uma mentira muitas vezes repetida pelas forças da oposição. Ao contrário daquilo que em insistiram, no próximo ano, o Governo tem verbas previstas para suportar as despesas inerentes à criação dos novos municípios, casos de Odivelas, Trofa e Vizela. Para demonstrar a demagogia das oposições, de referir que o PCP apresentou pedidos de aumento da participação das autarquias locais nos impostos do Estado. Se fosse aprovada esta medida, significaria um agravamento do défice do Estado em 13 milhões de contos, ou seja seis milhões referentes aos municípios e sete milhões de contos referentes às freguesias. Para o PS, no entanto, o PCP deveria reconhecer que as propostas que apresenta se enquadram na discussão das alterações

à Lei das Finanças Locais, que estão a ser analisadas em de Comissão parlamentar de Administração do Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente. Mas, mais: o PCP também deveria reconhecer que a proposta do Governo constitui a melhor de sempre para os municípios portugueses.

O PS também se mostra indignado com as propostas avançadas pelo PSD, que, se fossem aprovadas, aumentariam o défice em três milhões de contos. Mais grave, ainda, nesta matéria, o PSD revela falta de autoridade política e moral para defender essas medidas.

Além das medidas a favor do Poder Local, o Grupo Parlamentar do PS também apresentou propostas de alteração ao Orçamento de Estado de 2001 com o objectivo de aumentar a componente ambiental ao nível da tributação. Entre outras medidas, o PS consagrou que os veículos movidos a electricidade fiquem isentos do pagamento de imposto automóvel no próximo ano. Paralelamente, os veículos movidos a gás são contemplados com uma redução de imposto automóvel na ordem dos 50 por cento, enquanto que os que são híbridos (gás e gasolina) têm um desagravamento de 40 por cento. Ao conceder incentivos fiscais a estes meios de transporte, o PS demonstra a sua preocupação com a preservação do ambiente e com a luta contra a poluição. Daqui para a frente, nas empresas em que o Estado detém participação accionista procurar-se-á privilegiar a compra de veículos não poluentes, tal como já está a acontecer na EDP.

Pelo contrário, no próximo ano serão

penalizados os veículos de recreio, embora fazendo-se uma distinção com os transportes para uso profissional, cuja descida em sede de imposto automóvel vai de 50 para 35 por cento. Também serão alvo de tributação, ao longo de 2001, as motos-quatro e os veículos motorizados de recreio aquático (moto de água). No próximo ano, o Governo ficará autorizado a agravar o imposto municipal sobre estes veículos, de forma a reflectir o dano ambiental e os incómodos acrescidos causados à população pela sua utilização.

Economia com aspectos positivos

Discursando em Viseu durante o III Congresso dos Empresários do Centro, no passado sábado, o ministro das Finanças sublinhou os aspectos positivos da economia portuguesa, desmentindo as versões de Cavaco Silva e do PSD segundo a qual possa estar numa situação de beco sem saída. De acordo com Joaquim Pina Moura, Portugal só não está, de facto, num beco sem saída, mas apenas numa encruzilhada – logo tendo à sua frente caminhos à escolha para sair da presente situação». Tal facto, segundo o membro do Governo, deve-se à aposta fundamental de adesão nacional ao núcleo inicial da moeda única europeia com a consequente estabilidade daí resultante. «Temos de olhar para a realidade toda e não escolher apenas uma parte onde concentrar as nossas atenções», afirmou Pina Moura.

O ministro das Finanças reconheceu que o investimento público não tem acompanhado a despesa pública, referindo-se aos gastos não reprodutivos. Porém, o titular da pasta das Finanças defendeu «um novo modelo de desenvolvimento», o «crescimento rápido da produtividade», um «novo dinamismo da procura externa» e «uma formação profissional mais eficiente» para ultrapassar alguns dos problemas existentes. «O Estado tem de abrir espaços de financiamento, ou seja, libertar recursos que gasta com o seu próprio funcionamento para os colocar em áreas produtivas e recursos humanos», disse. No seu discurso, o titular da pasta das Finanças avançou com quatro pilares para um novo programa de consolidação das finanças públicas: a reforma da administração pública, a modernização e reorganização da administração, a passagem de sectores públicos de administração para o privado, e uma intervenção no Serviço Nacional de Saúde. Pina Moura sublinhou ainda a decisão do Governo de reduzir para 30 por cento o IRC em 2001, para 28 por cento em 2002 e para 25 por cento em 2003. Mas Pina Moura também pediu aos empresários «trabalho, iniciativa e ambição».

JORGE SAMPAIO RECUSA CAMPANHA SUJA

O candidato do Partido Socialista à Presidência da República, Jorge Sampaio, deixou já bem claro que não vai responder aos insultos e à desesperada tentativa do PSD e de Ferreira do Amaral de envolverem numa campanha pela negativa, em que a troca de acusações pretende esquecer os grandes problemas em causa nas próximas eleições. Falando em Vila Real no passado domingo, o chefe de Estado contrapôs a sua vontade em fazer uma campanha simples e séria, porque o candidato eleito a 14 de Janeiro vai ser o Presidente da República de todos os portugueses. Jorge Sampaio, no Congresso dos Empresários do Centro, em Viseu, criticou o nefasto hábito nacional de ser muito liberal às segundas, terças e quartas-feiras, mas dependente do Estado às quintas e sextas-feiras.

Jorge Sampaio não respondeu às últimas grosserias vindas de dirigentes do PSD, incluindo o próprio líder Durão Barroso. Falando na inauguração da sua sede de candidatura em Vila Real, o candidato à Presidência da República reafirmou sábado o seu desejo de que se faça uma campanha séria e simples, porque o candidato eleito no dia 14 de Janeiro vai ser o Presidente de todos os portugueses. Para o efeito, o candidato apoiado pelo Partido Socialista recordou as palavras que proferiu no dia da sua primeira eleição para a Presidência da República, em 1996, em que, no meio de festejos dos municípios, estava um «gigantone» do professor Cavaco Silva, porque, a partir daquele momento, ele era o Presidente de todos os portugueses, inclusive do ex-primeiro-ministro. O candidato presidencial apoiado pelo PS recordou aquele momento, porque, ao longo das últimas semanas, tem ouvido coisas «extraordinárias de pessoas que as não diziam há dois meses».

Como afirmou Jorge Sampaio, qualquer que seja o resultado das eleições para a Presidência da República, no dia 14 de Janeiro, o candidato eleito vai ter de abrir a porta e receber os líderes partidários. E nessa altura «vamos todos vestir a nossa verdadeira pele e a nossa cara», declarou. «É por isso que não mudo a pele, nem mudo de cara, nas campanhas e fora delas», afirmou, acrescentando que os candidatos «precisam de ser as pessoas que os portugueses reconhecem pelas suas qualidades e nos seus defeitos. E precisamos sobretudo que os portugueses digam que já sabem como aquela pessoa será naquele momento e naquela ocasião».



acrescentou o chefe de Estado, para ainda deixar a seguinte advertência: «Estamos a falar de uma eleição presidencial, que tem também de ser uma malha em que se discuta o futuro de Portugal», frisou.

Em conclusão, Jorge Sampaio defendeu que a campanha eleitoral seja «simples no essencial», ou seja, que faça as diferenças naturais que existem entre os portugueses, constituindo-se como uma oportunidade de discussão «que permitirá fortalecer a democracia portuguesa. Para o candidato ao segundo mandato como Presidente da República, é necessário saber aceitar as diferenças entre as pessoas. Em sua opinião, «ao sermos mais tolerantes, podemos ser mais capazes de perceber as diferenças e saber como as ultrapassar». Jorge Sampaio apelou ainda para que, no final da campanha, a eleição do candidato seja participativa e participada, «pois o Presidente da República é o topo das instituições da República Portuguesa e deve ser o Presidente de todos os portugueses». A este propósito, recordou que, ao longo do seu primeiro mandato no Palácio de Belém, foi sempre «um Presidente independente, apesar de muitas vezes ter estado solitariamente a decidir as questões».

Modernizar a política portuguesa

Na véspera, no sábado, em Viseu, durante o III Congresso de Empresários do Centro,

mas na qualidade de Presidente da República, Jorge Sampaio criticou o hábito português de se ser «muito liberal à segunda, terça e quarta-feira, e dependente do Estado às quintas e sextas-feiras». No seu discurso, o chefe de Estado lançou vários alertas aos cerca de 800 empresários, destacando a questão da «criação de uma nova centralidade» e que é exigida na região como sendo de «grande importância».

Logo no início da sua intervenção, o Presidente da República chamou a atenção para o facto de a procura da nova centralidade surgir depois do debate frustrado sobre a regionalização. «A minha ambição tem sido modernizar a política e isso não se pode fazer com pequenas frases ou com o pequeno debate», declarou Jorge Sampaio, adiantando que «o futuro do País está no meio empresarial e se Portugal não tiver um tecido empresarial forte estará mais fragilizado». Para o Presidente da República, outra das questões fundamentais para o futuro é a questão da produtividade. «Temos que vencer em Portugal, com lucidez e confiança, o desafio da produtividade, aumentando a capacidade de inovar, com a internacionalização».

A educação esteve igualmente presente na projecção das preocupações do Presidente da República para os empresários presentes na sessão de abertura do III Congresso dos Empresários do Centro. Jorge Sampaio apelou a que sejam «destruídos os falsos ensinamentos

superiores que não têm qualquer credibilidade» para que se possa dar «qualidade ao ensino público e privado, essencial para os desafios do futuro». O chefe de Estado chamou também a atenção para a questão da fiscalidade em Portugal, «que está assente num sistema da década de 40», permeável a ponto de «algumas pessoas consigam retirar da sua fragilidade grandes dividendos em claro prejuízo de outras».

Separar o candidato do Presidente

No mesmo dia, em São Romão, no distrito da Guarda, Jorge Sampaio assegurou não querer utilizar a seu favor as dignidades do Estado enquanto candidato à Presidência da República. Jorge Sampaio foi recebido no Centro Social da Quinta do Monterroso, instituição dirigida à terceira idade, pertença dos Bombeiros Voluntários de São Romão, no início de uma visita ao distrito da Guarda, que culminou ao final da tarde com a inauguração da sede distrital.

Referindo-se à recusa da apresentação das «dignidades de Estado» enquanto candidato à Presidência da República, Jorge Sampaio fez o seguinte comentário: «Se não me cuida disso, estou a fazer uma grande confusão. Saltam-me em cima os outros candidatos e nessa altura teriam alguma razão. E eu não quero que eles tenham razão». Contudo, agradeceu o facto de os bombeiros estarem à chuva à sua espera, assim como outros dirigentes da corporação, autarcas e populares. «Espero que façamos desta campanha eleitoral uma lição de tolerância, de civismo, uma lição de tolerância e de solidariedade», disse, acrescentando esperar que «todos participem qualquer que seja a sua inclinação», bem como que «todos sejam cidadãos de parte inteira que estas gentes serranas ensinaram Portugal a ser».

A circunstância de se encontrar num centro dedicado à terceira idade foi aproveitado por Jorge Sampaio para referir que «este é o grande problema das sociedades modernas», porque se ganhou em longevidade, mas que «isso levante um conjunto de problemas novos para os quais vai sendo cada vez mais necessário trabalhar». Classificou depois como «problema dramático» o facto de as famílias não terem «tempo para cuidar dos seus mais velhos», pelo que alargou a importância de, «através do associativismo, do voluntariado», seja possível «manter um espírito gregário de entreajuda».

O candidato à Presidência da República esteve também no Lar Residencial da Associação de Beneficência Popular de Gouveia, onde tomou conhecimento dos projectos de desenvolvimento da instituição.

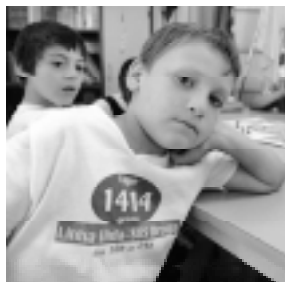
INTERVENÇÃO EDUCATIVA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 23, um decreto-lei que estabelece o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos.

O internamento em centro educativo constitui a medida de último recurso destinada a menores cuja necessidade educativa, evidenciada na prática de acto qualificado pela lei penal como crime, deva ser satisfeita mediante um afastamento temporário do seu meio habitual e com recurso a programas e métodos pedagógicos específicos.

Substancialmente diferentes dos estabelecimentos até agora existentes, sobretudo pela introdução de três regimes de execução – aberto, semiaberto e fechado – e pela limitação temporal do internamento, os centros educativos são objecto de regulamentação extensa e minuciosa de forma a acautelar o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos internados e a assegurar a sua vocação eminentemente educativa e ressocializadora.

Optou-se por juntar num só regulamento as matérias relativas à organização, competência e funcionamento dos centros educativos e as relativas à regulamentação do regime disciplinar, acentuando-se, desta forma, a vertente educativa da intervenção, caracterizada como um processo faseado e progressivo, no qual o regime disciplinar deve funcionar como um instrumento de último recurso para corrigir os



comportamentos relativamente aos quais as actuações pedagógicas não se revelam suficientes.

Salientam-se como principais linhas de força deste regulamento:

- Os menores e jovens internados são designados de educandos (expressão mais adequada às funções dos centros educativos e à faixa etária que podem abranger);

- Os centros educativos organizam-se em unidades residenciais, com lotações e regras de funcionamento diferenciadas consoante o regime de execução que os caracteriza;

- É conferida especial ênfase aos programas desenvolvidos em centro educativo, traduzidos no projecto de intervenção educativa, conjugando as necessidades gerais de educação e

formação próprias da faixa etária dos educandos com as necessidades específicas reveladas na prática da infracção e que justificam tratamento adequado;

- O grau de abertura ao exterior permitido em cada regime de execução, condiciona a organização interna dos centros e o sistema de saídas autorizadas, em correlação estreita com a execução do projecto educativo pessoal e os progressos atingidos pelo educando;

- As visitas ao educando e as comunicações escritas e telefónicas são regulamentadas com algum pormenor, de forma a conciliar o princípio da socialização com preocupações de ordem e de segurança inerentes à vivência em internato.

- Preocupações da mesma natureza subjazem às normas que regulam a entrada de pessoas externas ao centro e a possibilidade de efectuar inspecções e revistas, bem como as que regulam matérias relacionadas com o uso indevido de ferramentas, objectos e substâncias proibidas ou perigosas e com o consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e drogas;

- As normas relativas ao pecúlio do educando servem objectivos pedagógicos mas também garantísticos, privilegiando-se a transparência e a participação do educando na gestão dos seus bens;

- A reparação pecuniária ou material dos danos causados traduz a ideia da pedagogia da responsabilidade implícita

no objectivo da educação para o direito, que caracteriza a intervenção tutelar educativa;

- As normas relativas às medidas de contenção e ao regime disciplinar, pela profundidade com que estas matérias são tratadas na Lei Tutelar Educativa, contêm apenas o desenvolvimento necessário à sua correcta aplicação.

- Procura-se definir o conteúdo das medidas disciplinares de forma a um melhor entendimento do seu significado pelos educandos e consagram-se duas formas de procedimento disciplinar (comum e sumário), de acordo com a gravidade das infracções;

- No âmbito do recurso das medidas disciplinares procurou-se conciliar a garantia de efectiva reapreciação da decisão com exigências de oportunidade e de celeridade na execução das medidas, prevenindo-se um efeito suspensivo mitigado, em caso de previsível procedência do recurso apresentado;

- Finalmente, no que concerne à organização e funcionamento dos centros, privilegia-se a especialização tendencial do sector técnico-pedagógico, organizado em duas equipas, reforça-se o regime de laboração contínua com a exigência de permanência de técnicos superiores e de dirigentes ou coordenadores em fins-de-semana e feriados e sublinha-se a formação e o modo de desempenho dos profissionais enquanto modelos de identificação dos educandos.

MUSEU DA ÁGUA E JARDIM DA CIÊNCIA

O ministro do Ambiente e da Administração do Território, José Sócrates, presidiu, no dia 27, na Câmara da Guarda, à apresentação pública do Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental da cidade «Programa Polis».

Trata-se de uma intervenção prevista para uma área de 180 hectares que integram a zona compreendida entre a região de Rio Diz e o Centro Histórico da Guarda, onde se prevê a criação de infra-estruturas que permitam a melhoria das condições de vida e de imagem com a criação de um Parque Urbano.

Segundo o ministério, serão criadas ou renovadas infra-estruturas enquanto que o Parque Urbano unificará a ligação entre os núcleos habitacionais recentes e o centro histórico, obras que vão beneficiar do investimento de 7,5 milhões de contos. Através do Polis pretende-se a mobilização dos agentes sociais, culturais e económicos para acções de

desenvolvimento competitivo com as cidades médias do sistema urbano do Centro do País e com cidades espanholas próximas da fronteira com Portugal, na região da Guarda, das quais se destaca Salamanca.

A região do Rio Diz, curso de água que nasce e corre na área urbana da Guarda, vai sofrer intervenções numa área de 15 hectares a converter em Parque Urbano a que são adstritas zonas de expansão.

O Rio Diz vai ser requalificado por forma a possibilitar a utilização das pessoas, além de estar prevista a criação de espaços para lazer, entretenimento e desporto.

O Polis prevê a criação de um «museu da água» numa área de 1230 metros quadrados, espaço de animação semicoberto com 3,2 hectares de superfície, parque infantil e zonas de estacionamento.

Serão criados 50 hectares de espaços verdes, 2,5 hectares de zonas de água,

miradouro, será requalificada a designada por «Avenida da Estação», adquirido o actual quartel dos Bombeiros Voluntários Egistanienses para espaço de utilização pública, valorização da encosta adjacente e da zona onde se realiza a feira quinzenal (onde ainda persistem vestígios de calçadas romanas), valorização da área do Torreão (integrada no centro histórico, com muralhas).

No centro histórico propriamente dito é reestruturada em termos viários a principal praça da cidade (Praça Velha ou Praça Luís de Camões, fronteira à catedral), serão renovadas infra-estruturas, pavimentos e mobiliário urbano, e valorizados troços de muralha e terrenos envolventes.

Através do Polis está programada a construção de um novo quartel de bombeiros, a criação de um «Jardim da Ciência», centro de interpretação da natureza e quinta pedagógica, de um centro de promoção e divulgação do

artesanato, aproveitamento de um edifício para instalar o Centro de Interpretação da História de Portugal, Arquivo Municipal e Concelhio.

Ainda no centro histórico, de raiz medieval e que inclui a antiga judiaria, está programa a reabilitação e requalificação dos arruamentos, instalação de um Centro de Interpretação Judaica e «Loja do Concelho», construção de um parque «silo-auto», recuperação de edifícios degradados e espaços para colectividades.

Por outro lado, o Polis inclui a criação de uma ligação entre a estação dos Caminhos de Ferro (CP), Parque Urbano e o Centro Histórico.

José Sócrates apresentou estes projectos no âmbito de um conjunto de iniciativas que, integradas nas comemorações dos 801 anos da Guarda que se celebraram na passada terça-feira, incluem a inauguração de um «painel regressivo» na Rotunda de São Miguel e visita à zona histórica da Guarda.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

A Brigada de Trânsito da GNR vai receber, até ao final do ano, mais cinco viaturas descaracterizadas e dotadas do sistema Provida, para ajudar no combate à velocidade excessiva nas estradas portuguesas.



A garantia foi dada, no dia 24, pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira, durante uma visita ao Comando da Brigada de Trânsito da GNR, em Lisboa, onde o governante ficou a conhecer em pormenor a actividade de fiscalização desenvolvida pela unidade.

O governante, que foi acompanhado pelo secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, ouviu ainda o comandante da BT, coronel Matos Silva, pedir mais ajuda ao Governo.

«O trabalho que temos vindo a desenvolver tem sido feito com muito esforço, pelo que chegou a altura de pedir alguma coisinha», disse Matos Silva.

«As nossas principais preocupações são a frota e o efectivo: entre 1995 e 2000 o efectivo da BT aumentou apenas 16 por cento, enquanto o número de viaturas matriculadas subiu 39 por cento e a evolução da rede viária registou um aumento de 41 por cento», adiantou.

AMBIENTE



O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, classificou, no dia 27, como «mera politiquice» as críticas que lhe foram dirigidas por ter estado menos de 24 horas na conferência de Haia

sobre o ambiente.

O governante, que terça-feira apresentou publicamente o programa Polis para a Guarda, afirmou à Imprensa que «Portugal esteve presente desde o início» nos trabalhos e que a sua agenda como ministro «não está dependente do que dizem, nem os jornalistas, nem os deputados nem os ambientalistas».

Sócrates reagiu assim a críticas do PSD e de associações ambientalistas, que, em Haia, se pronunciaram contra o facto de Portugal não estar representado a nível ministerial numa altura crucial para as negociações.

Justificando a quase ausência nas negociações, o ministro alegou ainda que Portugal «não tem uma função de coordenação a nível da conferência de Haia». Teve-a, sim, na cimeira de Montreal, «quando tinha funções de coordenação a nível europeu».

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, manifestou satisfação, no dia 25, em Faro, pela evolução positiva nas áreas do seu ministério, traduzida pela evolução orçamental e trabalho científico desenvolvido.



«O orçamento para 2001 é praticamente três vezes o do ano de 1995, ano em que foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia», realçou Mariano Gago, afirmando-se apostado «em vencer o atraso científico nacional».

O ministro, que falava após um convívio no Centro de Ciência Viva do Algarve com crianças de várias escolas da região participantes num concurso de Matemática, declarou que Portugal já venceu o atraso, em relação aos países mais desenvolvidos, «em muitas circunstâncias e em muitas áreas». «Precisamos, contudo, de ir muito mais longe», sublinhou, destacando o trabalho que está a ser feito pelas universidades, laboratórios de investigação e cientistas, em cujo trabalho, «muitas vezes difícil de explicar, reside o futuro do País».

Mariano Gago declarou que a sua presença no Algarve destinou-se a chamar a atenção para aquele que foi «o primeiro Centro de Ciência Viva do País», que, segundo as suas palavras, está a funcionar muito bem como Centro Interactivo de Divulgação Científica».

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Comunicação Social regional vai ter apoios de cerca de dois milhões de contos em 2001, disse, no dia 25, em Elvas, o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho.



O governante falava num seminário de comunicação sobre a imprensa regional, no âmbito das comemorações do cinquentenário do semanário local «Linhas de Elvas», acrescentou que, dessa verba, cerca de um milhão de contos corresponde ao porte pago.

Arons de Carvalho referiu que a restante verba se destina a um conjunto de apoios, nomeadamente, à distribuição dos jornais, a acções de formação e a equipamento necessário para a feitura dos periódicos. Para o secretário de Estado, estes incentivos visam «tornar a imprensa regional mais competitiva e mais capaz». No respeitante ao porte pago, o governante referiu que no próximo ano o estado assegurará o pagamento de 90 por cento deste custo na expedição dos jornais para o País aos jornais regionais com profissionais e 80 por cento aos que não têm profissionais.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, defendeu, no dia 24, em Leiria, uma maior harmonização entre as políticas educativas dos países que fazem parte do sistema de acumulação de créditos europeu.



Este acordo (European Credit Transfer System – ECTS) reúne 29 países europeus que realizam parcerias entre diversas instituições de ensino superior, permitindo aos seus alunos receber parte da formação noutro país, nomeadamente através do programa Erasmus.

O sucesso deste programa levou à necessidade de «articular a cooperação e até alguma harmonização das políticas educativas dos países membros, aumentando as pontes entre os vários sistemas», explicou Santos Silva durante uma conferência sobre o tema no auditório do Instituto Politécnico de Leiria.

Na opinião do titular da pasta da Educação, a solução passa pelo «reforço dos processos de parcerias e convergência das políticas nacionais». No seu entender, o reforço deste sistema, construído no quadro do programa Erasmus, garante a mobilidade aos estudantes e docentes e permite um reconhecimento imediato dos percursos escolares.

FINANÇAS

O ministro das Finanças anunciou, no dia 24, a criação de uma comissão governamental para estudar e desenvolver políticas para a consolidação das finanças públicas.



Esta comissão será liderada pelo secretário de Estado do Orçamento, Fernando Pacheco.

Pina Moura afirmou ser esta «a grande prioridade do Governo para o ano 2001», acrescentando que a necessária reestruturação da Administração Pública terá de ser feita através do seu aligeiramento e maior qualificação dos seus trabalhadores, «do saneamento do sistema nacional de saúde e de uma maior eficiência das empresas do sector público».

Pina Moura falava numa conferência de Imprensa sobre as alterações na especialidade ao Orçamento do Estado (OE) para 2001.

O ministro explicou que foram apresentadas várias centenas de propostas de alteração, das quais apenas cerca de 30 foram aprovadas, na sua maioria relativas ao Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Fernando Pacheco fez questão de salientar que «não houve nada que

PELO PAÍS

Governança Aberta

descaracterizasse o OE que o Governo apresentou», tendo sido alterados «pouco mais de dez artigos» do documento.

JUSTIÇA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça assinou, no dia 24, protocolos de colaboração com entidades do concelho de Vila Real no sentido de que as penas de prisão sejam substituídas por trabalho comunitário.



Eduardo Cabrita lembrou que a legislação que consagra a nova pena data de 1997, mas só agora estão a ser consolidadas as condições para que os tribunais possam aplicar a punição do arguido através do trabalho em prol da sociedade.

«A aplicação deste tipo de sanção é determinada pelos tribunais, mas é necessário envolver e co-responsabilizar a sociedade, através de entidades públicas e privadas, nesta política de prevenção criminal e no desenvolvimento da política de justiça», sublinhou.

Segundo o governante, a nova pena prevê a aplicação de uma sanção alternativa à prisão até um ano, e consiste no desenvolvimento de um trabalho em benefício da comunidade, permitindo ao arguido reparar o seu ilícito contribuindo para a vida social.

O secretário de Estado considera que, para as pessoas que nunca tiveram uma prática criminal e para quem a pena de prisão poderia ser traumatizante, a aplicação da nova pena pode ter um efeito preventivo mais eficaz.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento reconheceu, no dia 24, que os custos de construção da barragem do Alqueva e da nova Aldeia da Luz vão ser superiores ao previsto, mas garantiu que há justificação para este desvio financeiro.

Elisa Ferreira falou aos jornalistas durante uma visita às obras de construção daquele novo aglomerado populacional do concelho de Mourão, após presidir à inauguração da ponte de Alcarrahe (orçada em cerca de 1,2 milhões de contos).

Instada sobre os prazos para o fecho de comportas da barragem, que sucessivamente foram sendo alterados, Elisa Ferreira apontou para Dezembro de 2001.

«Houve de facto um atraso que se ficou a dever ao facto de ter sido descoberta uma falha geológica que excedia o que estava previsto», explicou, garantindo que «o problema está solucionado e em Dezembro de 2001 esperamos poder começar o enchimento da albufeira».



«Este atraso justifica-se numa obra desta dimensão porque nem tudo pode ser totalmente previsto e há sempre extras que aparecem», disse Elisa Ferreira, assegurando ainda que o que interessa é que a obra fique «bem feita e com segurança física e técnica».

PRESIDÊNCIA

O ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, disse, no dia 23, que «o País não ganha nada com falsos alarmismos», ao comentar declarações do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva segundo as quais o Governo colocou Portugal numa encruzilhada.



«O professor Cavaco Silva, como pessoa conhecedora da realidade económica do País, sabe que está em curso a reforma fiscal, a ser discutida no Parlamento, perspectivando-se importantes consensos, com resultados que serão muito positivos», realçou Oliveira Martins.

Por outro lado, o ministro da Presidência lembrou que entre 1990 e 1995, anos de governação de Cavaco Silva, o aumento da despesa pública foi superior a 12 por cento, enquanto entre 1995 e 2000, já com os socialistas no poder, a subida foi de 9 por cento.

«A comparação do crescimento económico de Portugal com a média da União Europeia deve ser feita numa análise plurianual e não por ano», disse também o governante, para frisar que entre 1996 e 1999 «o diferencial é positivo», face ao período 1990/1995.

REFORMA DO ESTADO

O ministro da Reforma do Estado, Alberto Martins, sublinhou, no dia 25, a necessidade da revisão do Estatuto dos Deputados, por forma a dar maior credibilidade à Assembleia da República e à sua função.

«Há que acabar com os deputados-autarcas, para garantir a estabilidade da formação parlamentar e, conseqüentemente, dar maior credibilidade à própria Assembleia da República», referiu Alberto Martins.

O governante disse ainda que a calendarização da discussão desta matéria «é uma questão lateral» que terá que ser avaliada depois do debate do Orçamento do Estado, acrescentando que «o mais importante é a reforma em si e tudo o que ela implica».

Alberto Martins falava em Vila Nova de Cerveira, onde participou num debate sobre «As reformas para o Estado», promovido pela Federação Distrital de Viana do Castelo do Partido Socialista.

Quanto ao facto de esta não ser uma reforma pacífica, o ministro disse que o mais importante é que ela seja amplamente discutida e que as soluções sejam encontradas depois de um grande debate público, não só na Assembleia da República, como a nível de toda a sociedade.

SAÚDE

A ministra da Saúde defendeu, no dia 28, a adopção em Portugal de «uma postura de tranquilidade» quanto à BSE, considerando um «pouco excessiva» a posição da sua homóloga alemã, segundo a qual nenhuma carne bovina seria totalmente segura.



Manuela Arcanjo, que falou aos jornalistas em Fátima, à margem do XIV Encontro Nacional da Pastoral da Saúde, disse que ao considerar-se «que não há nenhum pedaço de carne seguro, se calhar teria que se pensar também noutros alimentos, sujeitos a outras agressões, nomeadamente químicas».

Segundo a ministra, Portugal tem feito, através do Ministério da Agricultura, «um esforço extraordinário que tem sido

reconhecido pelos parceiros comunitários» no controlo e fiscalização da BSE.

«Não podemos ser penalizados pelo facto de a vigilância e o controlo em Portugal serem dos mais desenvolvidos da Europa comunitária», disse Manuela Arcanjo, acrescentando que deve haver a noção de que «a situação portuguesa não é um problema de saúde pública».

«Os ministérios da Agricultura e da Saúde têm de estar é permanentemente atentos a todos os sinais e isso estamos, quer ao nível dos dois ministros, quer das direcções-gerais», concluiu a ministra da Saúde.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social, José Vieira da Silva, anunciou, no dia 25, em Coimbra, que a Lei-Quadro que vai regulamentar as inspeções da Administração Pública deverá ser aprovada até ao final deste ano.

«O processo negocial está avançado, pelo que, muito brevemente, nas próximas semanas, o diploma será aprovado em Conselho de Ministros», afirmou Vieira da Silva numa assembleia geral da Associação dos Inspectores de Centros de Segurança Social, que se realizou sábado, em Coimbra. Segundo o governante, a partir da aprovação deste diploma «estão criadas as condições para concretizar a passagem dos profissionais da Segurança Social com funções de fiscalização para a carreira de inspectores».

José Vieira da Silva adiantou ainda que a proposta apresentada pela Associação vai ser «tomada em linha de conta para assegurar uma transição justa».

Serão ponderados nos critérios factores como as habilitações, experiência profissional, antiguidade, formação e actividades que desenvolvem, acrescentou o secretário de Estado.

SOLIDARIEDADE

O ministro da Solidariedade reafirmou, no dia 24, em Santarém, que os lares privados que não cumpram serão fechados e os responsáveis por maus tratos punidos, mas os encerramentos prosseguirão «em função das possibilidades e da existência de alternativas».

Ferro Rodrigues respondia a uma questão sobre o facto de estarem a ser encerrados lares clandestinos de pequena dimensão, como aconteceu segunda-feira em Coruche e depois no Cartaxo, enquanto clandestinos com maiores dimensões, como os detectados há mais de um ano no Norte do distrito, continuam abertos.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou que «um lar não pode ser construído numa noite» nem as pessoas podem ser colocadas «no meio da rua» e que a solução tem que passar, na medida do possível, pelo regresso dos idosos às famílias, sendo um dos objectivos do seu Ministério o alargamento do apoio domiciliário.

Ferro Rodrigues terminou, na passada sexta-feira, no Lar de Idosos de S. Domingos, uma instituição que pertence à Segurança Social, um périplo pelo País, no que designou por «semana a favor do trabalho e da solidariedade».

REVOLUÇÃO EM MARCHA

O Executivo socialista, reunido na passada quinta-feira, dia 23, decidiu aprovar um conjunto de medidas relativas aos procedimentos de justiça.

Assim, na última reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa, os governantes deram carta branca a uma proposta de lei que altera o regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais, qualificando o patrocínio oficioso e simplificando a apreciação dos pedidos de concessão de apoio judiciário.

O Apoio Judiciário constitui uma verdadeira prestação social, a cargo do Estado, pelo que o Executivo chefiado por António Guterres entendeu que deverá o processo de concessão de apoio judiciário ser desjudicializado, cabendo ao Ministério do Trabalho e Solidariedade, através dos serviços da Segurança Social, a recepção e apreciação dos pedidos formulados, segundo um procedimento administrativo, sem prejuízo de caber à Ordem dos Advogados a competência para nomear o patrono e do financiamento ser assegurado pelo Ministério da Justiça.

Assim, o regime do Apoio Judiciário garantirá efectivamente a igualdade de oportunidades no acesso ao direito e aos tribunais por parte dos cidadãos mais carenciados.

Autoliquidação de custas

Na mesma reunião, os ministros decidiram alterar o Código das Custas Judiciais, no sentido de criar um regime de autoliquidação da taxa de justiça inicial e da taxa de justiça subsequente.

Esta alteração ao Código das Custas Judiciais visa concretizar uma das medidas de combate à morosidade processual, desonerando as secretarias judiciais das tarefas de liquidação e emissão de guias para pagamento da taxa de justiça inicial e da taxa de justiça subsequente, cujo pagamento ficará a cargo das partes.

Aprova-se uma tabela prática que permite a autoliquidação das referidas taxas de justiça.

Com vista a permitir aos interessados a previsão do montante que terão de despende com os preparos para despesas com determinados encargos do processo, prevê-se ainda a fixação dessas quantias numa tabela a aprovar posteriormente por portaria do Ministro da Justiça.

O pré-pagamento será facilitado, sendo permitido o pagamento através de depósito em conta, multibanco, ATM's, em tribunais e home banking.

Medidas contra morosidade penal

Ainda no sector da Justiça, o Governo deu luz verde a um decreto-lei que altera o



Código de Processo Penal, estabelecendo medidas de simplificação e combate à morosidade processual.

Analizadas as causas que entorpecem o andamento dos processos na fase do inquérito, da instrução e da audiência de julgamento e no uso de uma autorização legislativa, o Executivo consagrou um conjunto de medidas de alteração ao Código de Processo Penal em ordem a combater os factores responsáveis pela morosidade processual penal e permitir uma justiça efectiva e em tempo útil.

Entre os vários objectivos consagrados, salienta-se por um lado, a limitação dos casos de adiamento da audiência de julgamento, por falta do arguido ou qualquer outra pessoa cuja comparência seja indispensável à boa decisão da causa ou seja imposta por força da lei ou de despacho do tribunal, permitindo-se a inquirição e a audição do assistente, das partes civis, das testemunhas e dos peritos presentes, evitando-se assim que as pessoas que comparecem à audiência tenham de se deslocar de novo ao tribunal. Por outro lado, tendo ainda em vista facilitar o depoimento de todos os que são chamados ao processo, prevê-se a possibilidade de se proceder à inquirição ou audição de pessoas residentes noutras comarcas, através de meios de telecomunicação em tempo real, como a teleconferência, e bem assim a audição de peritos, a partir dos seus locais de trabalho, sempre que nestes existam esses meios tecnológicos.

Por fim, os actuais atrasos na realização das perícias serão colmatados através da previsão da possibilidade das entidades às quais são requeridas perícias possam contratar terceiros para a realização das mesmas, assegurando assim o cumprimento dos prazos que lhe são estabelecidos pela autoridade judiciária.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que altera o regime de Acesso ao Direito e aos Tribunais, qualificando o patrocínio oficioso e simplificando a apreciação dos pedidos de concessão de apoio judiciário;
- Um decreto-lei que altera o Código das Custas Judiciais, criando um regime de autoliquidação da taxa de justiça inicial e da taxa de justiça subsequente;
- Um decreto-lei que altera o Código de Processo Penal, estabelecendo medidas de simplificação e combate à morosidade processual;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o Regulamento de Identificação, Registo e Circulação de Animais;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios e as regras gerais a que deve obedecer a rotulagem da carne de bovino e dos produtos à base de carne de bovino;
- Dois decretos-lei que criam, respectivamente, o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Tâmega (constituindo a concessionária do sistema) e o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano (constituindo a concessionária do sistema);
- Alterar o decreto-lei que aprovou o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Estabelecer um regime jurídico de protecção especial na invalidez aos doentes com esclerose múltipla;
- Uma proposta de lei que procede à correcção dos valores das pensões auferidas pelos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, aposentados até 30 de Setembro de 1989, tendo em conta o impacto do sistema retributivo introduzido para o pessoal do activo a partir de 1 de Outubro de 1989;
- Um decreto-lei que cria o regime de incentivos para a criação e reorganização de unidades prestadoras de cuidados de saúde no âmbito da medida 3.1 do Programa Operacional Saúde (Saúde XXI) do terceiro Quadro Comunitário de Apoio;
- Um decreto-lei que institui o regime de modulação aplicável aos pagamentos concedidos aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum;
- Uma resolução que determina as condições, finais e concretas, da quinta fase do processo de privatização da Portugal Telecom, fixando as quantidades a alienar em cada segmento – OPV, institucional e de referência;
- Uma resolução que constitui um Grupo de Trabalho para estudar as reacções de âmbito nacional à ameaça química, biológica e nuclear;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade PolisGuarda, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade CacémPolis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Casa Pia de Lisboa;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável às cooperativas agrícolas;
- Um decreto-lei que aprova a lista de limites máximos de resíduos de produtos fitofarmacêuticos permitidos no interior e à superfície de cereais, frutos e hortícolas, transpondo as respectivas directivas comunitárias;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável à autorização de importação paralela de produtos fitofarmacêuticos;
- Um decreto-lei que altera o «Regulamento de Homologações CE de Veículos, Sistemas e Unidades Técnicas relativo às Emissões Poluentes», aprovado pelo decreto-lei n.º 202/2000, de 1 de Setembro, e, simultaneamente, transpõe para o direito interno a respectiva directiva europeia;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Pormenor das Terras da Verdelaço, SA, no município de Castro Marim;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 40 mil metros quadrados de terreno baldio situado na freguesia de Campos, concelho de Vila Nova de Cerveira, integrada no Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto e que se destina à construção de habitações sociais, arruamentos e outras infra-estruturas de apoio no loteamento;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 400 metros quadrados de terreno baldio situada no Bairro Dr. Sousa, lugar do Bairro Novo, da freguesia de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar, integrada no Perímetro Florestal do Alvão e que se destina à construção de uma habitação;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 3000 metros quadrados de terreno baldio situada na freguesia de Vila Meã, concelho de Vila Nova da Cerveira, integrada no Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto e que se destina à ampliação da zona industrial do concelho – POLO II;
- Uma resolução que renova a comissão de serviço de Mário João de Oliveira Ruivo no cargo de presidente do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

DEBATE ALARGADO SOBRE EMIGRAÇÃO NA EUROPA

O comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, propôs a realização um debate alargado sobre a política de imigração da União Europeia (UE) a longo prazo, em face do declínio demográfico registado entre os Quinze. O objectivo, expresso em duas comunicações da iniciativa de António Vitorino aprovadas no dia 22 pelo executivo comunitário, é levar à criação de um sistema comum de asilo e imigração na União Europeia.

Para tal, o comissário português propõe a «abertura de um debate o mais alargado possível» no seio das instituições europeias e na sociedade civil para «acelerar as iniciativas em curso» no sentido da aproximação dos diferentes regimes de asilo e imigração.

O debate, defende António Vitorino, deverá estar concluído no Conselho Europeu de Bruxelas (durante a presidência belga da União), em Dezembro de 2001.

Até lá, os Quinze terão que confrontar-se com um debate politicamente incómodo e socialmente melindroso como reconhece o próprio executivo comunitário: «A mudança para uma política de imigração pró-activa exigirá uma forte liderança política e um claro compromisso com a promoção de sociedades multiculturais e a condenação do racismo e xenofobia.»

Declínio demográfico

Como ponto de partida, no domínio da



política de imigração, o executivo comunitário chama a atenção para o «declínio demográfico» da Europa, que se tenderá a acentuar «nos próximos 25 anos», e para a «necessidade crescente de mão-de-obra especializada» nos mercados de trabalho. Nos próximos 25 anos, calcula a Comissão, o crescimento da população da UE abrandará (passará de 372 para 386 milhões de pessoas) até estagnar em 2025, mas a população activa (dos 24 aos 64 anos) «começará a declinar já daqui a 10 anos» (de 225 milhões em 1995 para 223 milhões em 2025).

Isto enquanto o número de europeus acima dos 65 anos continuará a aumentar, estimando-se que constituam 22,4 por cento da população em 2025.

E nem a perspectiva da adesão de novos Estados à União nos próximos anos ajudará os Quinze já que, explica a Comissão, «a tendência geral entre os países da Europa de Leste é de um ainda mais lento crescimento da população».

O executivo comunitário sublinha, por isso, o «reconhecimento crescente de que uma política de imigração zero» seguida «nos últimos trinta anos» já não é apropriada. Tendo em conta o número crescente de imigrantes que entram ilegalmente na União (500 mil pessoas por ano) e um «cenário demográfico que indica um envelhecimento da população europeia», a Comissão propõe, por isso, uma nova abordagem ao fenómeno da imigração.

Desde logo, o executivo comunitário propõe a «definição de uma política a médio prazo» para a admissão «gradual e controlada» de nacionais de países terceiros para «preencher lacunas» de trabalhadores qualificados e não qualificados que sejam identificadas.

Esta política «mais aberta e transparente», juntamente com a coordenação dos sistemas dos Estados-membros, poderão «ajudar a reduzir a imigração ilegal, em particular sob a forma de tráfico» de mão-de-obra para o interior da União.

O sistema estabelecerá «metas indicativas» (e não um sistema de quotas, considerado impraticável) tendo em conta a «capacidade de acolhimento», as «necessidades do mercado de trabalho», o «desenvolvimento de políticas de integração» e «a ligação ao país de origem» dos imigrantes de cada um dos Estados-membros.

«A admissão de imigrantes deve ter em conta as necessidades dos mercados de trabalho, particularmente em termos de mão-de-obra especializada e não especializada», pode ler-se no documento, que realça a necessidade de conferir às pessoas admitidas por esta via «os mesmos direitos e responsabilidades» de que gozam os cidadãos europeus.

Cada Estado-membro terá a responsabilidade, de acordo com a proposta da Comissão, de apresentar periodicamente um relatório com o balanço das políticas de imigração em períodos precedentes e com uma projecção do número e qualificação dos imigrantes que querem acolher para o período seguinte.

Este sistema gradual de «metas indicativas» permitirá aferir, a cada momento, a «receptividade do público a imigrantes adicionais nos países em causa», os «recursos disponíveis para a recepção e integração» e as «possibilidades de adaptação social e cultural» dos cidadãos de países terceiros.

No sentido de uma maior clarificação, a Comissão propõe ainda a definição de um conjunto de «direitos básicos» a conceder ao imigrante no momento da sua chegada à UE, que poderiam depois ser progressivamente alargados consoante a duração da estada. «O objectivo é conceder um estatuto legal temporário aos trabalhadores que queiram regressar aos seus países de origem dando, ao mesmo tempo, a possibilidade aos que queiram ficar e preencham determinados critérios de lhes ser eventualmente concedido um estatuto permanente», pode ler-se.

PAULO CASACA QUESTIONA COMISSÃO SOBRE BSE

O eurodeputado socialista Paulo Casaca dirigiu uma pergunta escrita à Comissão Europeia, na sequência de um caso de BSE detectado numa vaca alemã.

Na missiva, Paulo Casaca pretende saber quando vão passar a ser obrigatórios os testes de BSE aos bovinos em todos os Estados-membros e qual o acompanhamento que os técnicos da Comissão ou de organismos internacionais de assegurada independência vão fazer a esses testes.

O controlo da BSE a um nível verdadeiramente europeu e a erradicação total, no espaço da UE, de toda a alimentação com farinhas animais, são as soluções propostas pelo eurodeputado socialista para que se combata de uma forma mais efectiva o

problema da BSE na Europa. O parecer do vice-presidente do Parlamento Europeu (PE), camarada Luís Marinho, sobre a abertura à concorrência dos serviços postais da Comunidade, foi aprovado por larga maioria numa reunião da Comissão dos Assuntos Jurídicos do PE.

Neste relatório, o eurodeputado socialista manifestou-se contra a liberalização rápida e generalizada dos correios comunitários, propondo, ao invés, uma abertura progressiva e controlada da concorrência.

Segundo Luís Marinho, esta solução evitará distorções no mercado das comunicações, sempre desfavoráveis aos clientes e aos utilizadores dos serviços, bem como às empresas nacionais de correios.

Bolsa de Estágio Francis Vals no Parlamento Europeu em Bruxelas

Período de estágio: 12 de Fevereiro a 12 Julho de 2001
Valor de Bolsa: 40 000FB/mês

Condições exigidas:

Idade inferior a 30 anos

Inscrição na JS ou no PS

Ter curso superior ou frequência de 3 anos em estabelecimento de ensino superior
Bom conhecimento de duas línguas da UE (exp.: português e outra)

As candidaturas devem conter:

Carta com exposição de motivos da candidatura
Currículo detalhado

Entregas das candidaturas até 30 de Novembro de 2000

Envio das candidaturas para:
Delegação dos Socialistas Portugueses
Edifício Jean Monnet, 1 - 6º
1269-070 Lisboa

Tel: 21 3142305 • Fax: 21 3193267

LELLO INAUGUROU FORUM DE JOVENS LUSO-DESCENDENTES

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, inaugurou, em Paris, a nona edição do Forum da associação de jovens luso-descendentes, Cap Magellan.

Presentes igualmente na inauguração, o embaixador de Portugal em Paris, Leonardo Mathias, assim como Pascal Vivien, eleito da Câmara Municipal de Paris, em representação do presidente da autarquia, e outras personalidades portuguesas e francesas.

A edição 2000 do Forum, que teve lugar no Espace Champerret, de 24 a 26 de Novembro, ocorre numa altura em que a Cap Magellan está a festejar o nono aniversário da sua criação.

Informação, animação, encontro internacional de jovens luso-descendentes,

animaram os três dias do Forum, com inúmeros convidados dos mais variados sectores, pavilhões de organismos institucionais e de empresas, bem como um certo número de concertos musicais.

«A primeira razão de ser deste Forum, e é uma constante desde a primeira edição, é fornecer toda a informação, desde os programas da juventude, até às questões ligadas ao ensino, educação, orientação profissional, emprego, estágios em empresas, e agora para os nossos pais que é a questão do regresso a Portugal», disse Hermano Sanches Ruivo, presidente da Cap Magellan.

Esta informação «não é dada apenas através de colóquios, mas muito mais em termos de pavilhões, a ideia é trazer as próprias instituições para falarem em directo com o público», salientou o dirigente

associativo.

Partindo do pressuposto de que «a língua portuguesa também é útil em termos profissionais e culturais», estiveram no Forum da Cap Magellan a atriz e realizadora Maria de Medeiros, para apresentar o seu filme «Capitães de Abril», a BD, com a presença de José Abrantes e Miguel Rocha, ou ainda a fotografia com José Lopes.

Concertos musicais

Outra constante do Forum, foram os concertos musicais, este ano com a novidade de haverem alguns no próprio Forum, tal como dos Harissa, um grupo de rap de jovens luso-descendentes, os Anónimo Jaora, ou ainda a presença de Dulce Pontes, de Miguel Ângelo, dos Delfins, ou o Miguel Gameiro, dos Polo Norte. Paralelamente, decorreu em Paris o Encontro Internacional de Jovens Luso-descendentes, que terminou durante a realização do Forum, com a presença de associações de São Paulo, Brasil, de Toronto, Canada, Holanda e Luxemburgo,

Alemanha, Suíça e de mais cinco cidades francesas.

Colóquio sobre a lusofonia

A actualidade política esteve igualmente presente. Assim, vários candidatos às eleições autárquicas de França, que se realizam em Março 2001, passaram pelo Forum.

Bertrand Delanoë, candidato do PS francês em Paris, e Philippe Séguin, candidato da coligação da direita na capital francesa, tiveram ocasião de dialogar com o público e com os participantes no Forum.

De assinalar que, pela primeira vez, os cidadãos comunitários vão poder votar e ser eleitos nas autárquicas em França, e dezenas de portuguesas e de luso-descendentes serão candidatos tanto em Paris, como nos arredores da capital e na província.

A cerimónia oficial de encerramento do IX Forum da Cap Magellan teve lugar no dia 26, através de um colóquio dedicado à lusofonia, com a presença, entre outros do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

ADESÃO DE PAÍSES Balcânicos SERÁ MUITO DILATADA

A adesão da Jugoslávia, Croácia, Macedónia, Bósnia-Herzegovina e Albânia à União Europeia (UE) só acontecerá num «prazo muito dilatado», não sendo de esperar que tal aconteça nos próximos anos.

A convicção foi expressa no dia 24 em Zagreb, Croácia, pelo primeiro-ministro, António Guterres, que participou com os restantes chefes de Estado e de Governo dos Quinze numa cimeira com os líderes de seis países dos Balcãs.

No entender de António Guterres, a improbabilidade de uma adesão a curto ou médio prazo destes países deve-se ao «atraso relativo de toda esta região» em relação aos 13 países que hoje já são candidatos à adesão, nomeadamente no que se refere a «estabilização» e «reformas económicas indispensáveis».

Entre os quais a Eslovénia que, por isso, participa já nesta cimeira com um estatuto diferente dos seus parceiros balcânicos (o país faz-se apenas representar pelo ministro dos Negócios Estrangeiros).

Para os outros, resta um longo caminho a percorrer durante o qual a União Europeia estará presente com um «único programa europeu de assistência aos processos de democratização e estabilização» da região, avaliado em 4650 milhões de euros (932 milhões de contos).

A Cimeira de Zagreb, considerou para António Guterres, «é um grande passo em frente».

Primeiro, explica Guterres, porque a «revolução democrática» ocorrida na Jugoslávia «veio permitir que finalmente

possa haver esta estratégia comum» da União Europeia para os Balcãs Ocidentais. Depois, frisou, «porque foi possível chegar a acordo para que haja um único programa europeu de assistência aos processos de democratização e estabilização desta região, que tem orçamento aprovado e se desdobra em cinco programas de apoio aos cinco países da região, geridos com uma perspectiva comum e com a oferta, num prazo necessariamente dilatado de uma integração europeia daqueles que garantem a democracia, a estabilização e que progredirem nas reformas económicas indispensáveis».

Um dos maiores inimigos deste processo é a instabilidade recorrente na região, nomeadamente «o grande ponto de dúvida» que represente «o triângulo no interior das fronteiras da Jugoslávia entre a Sérvia, o Montenegro e o Kosovo».

O Kosovo é a principal preocupação de António Guterres, que se manifestou preocupado com a recente violência na província sérvia atribuindo-a a um «acto desesperado daqueles que têm uma visão radical, que são contra a integração do Kosovo pacificamente nesta solução global que estamos a encontrar para a região». Apesar de tudo, para o primeiro-ministro, há sinais positivos na região como o demonstra o «conjunto de países que começam a emergir num caminho de estabilidade».

«Isso dá-nos muitas garantias já que funcionarão como elemento de emulação e cópia em relação aos outros», previu.

DOIS TERÇOS DAS CRIANÇAS NÃO ESCOLARIZADAS SÃO RAPARIGAS

Segundo a UNICEF, dos 625 milhões de crianças de todo o mundo em idade de frequentarem o ensino básico, 110 milhões não o fazem e entre estas, dois terços são raparigas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgou esta informação após ter recebido uma doação da Noruega no valor de 21,2 milhões de dólares (cerca de 5 milhões de contos) para a educação das raparigas de África. «As raparigas são frequentemente mantidas na pobreza e na dependência. A Noruega mostra o caminho a percorrer na luta contra a pobreza e a desigualdade», comentou Carol Bellamy, directora executiva da UNICEF, num comunicado. A iniciativa a favor da educação das raparigas foi lançada, em Abril de 2000, pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan. A UNICEF sublinhou que, de entre os numerosos obstáculos na educação das raparigas, destacam-se a pobreza, os preconceitos, as tradições e práticas culturais e a falta de exemplos femininos com os quais as raparigas se possam identificar.

O acesso à escola é outro problema a ter em conta, uma vez que as meninas estão mais expostas aos riscos de agressões durante o caminho para a escola, situada, frequentemente, longe do domicílio das crianças.

Os custos da educação levam, não raras as vezes, os pais a enviar somente para a escola os seus filhos, uma vez que são os homens que assegurarão o futuro dos seus lares, enquanto que as raparigas estão destinadas a casarem-se, acrescenta a UNICEF.

Em muitos países, as raparigas grávidas e aquelas que têm filhos são igualmente excluídas do ensino.

No entanto, a UNICEF está «convencida de que investir na educação das raparigas pode contribuir para erradicar a pobreza», nomeadamente no que respeita à Sida, já que uma rapariga instruída cuidará da sua saúde e da sua família.

De acordo com estudos, aumentar em um ano a educação das raparigas reduz a taxa de fecundidade entre 5 e 10 por cento, fazendo ainda recuar os riscos de infecção e de morte na sequência de um parto.

O FIM DO VERÃO QUENTE

O Regimento de Comandos (RC) foi a única das unidades militares com poder operacional a movimentar-se livremente em Lisboa nas horas seguintes ao ataque pára-queidista de 25 de Novembro de 1975. O RALIS, o Regimento da Polícia Militar, os Fuzileiros, a Escola Prática de Administração Militar, eram algumas das unidades militares radicais que apoiavam os «bóinas verdes», mas que ficaram nos quartéis. A ocupação pelos pára-queidistas de bases aéreas e do Grupo de Detecção Aérea, Controlo e Intercepção, sediado em Monsanto, culminou numa série de acontecimentos políticos, militares e sociais que agravaram a instabilidade do País a partir de 11 de Março de 1975 e ao longo do «Verão Quente». Vivia-se um clima de excitação permanente e nos quartéis, infiltrados pelos partidos políticos, havia uma enorme balbúrdia. «Era-se mais revolucionário que a revolução», afirmou um oficial do comando do RC, evocando a destruição dos emissores da Rádio Renascença, na Buraca, como um dos actos que visavam parar esse movimento e revelando a desconhecida intervenção do RC nesse episódio. «Foi uma verdadeira operação Comando» conjunta entre quatro operacionais e um engenheiro de transmissões, para neutralizar aqueles transmissores cerca de

duas semanas antes da sua destruição pelos pára-queidistas, revelou a fonte. «Penso que a explosão (que agravou a revolta dos pára-queidistas contra o «reaccionário» chefe do Estado-Maior da Força Aérea) foi mais um acto de força» para conter as forças de esquerda», admitiu o oficial. No plano militar, as forças radicais agrupadas em torno do COPCON opunham-se às moderadas, apoiadas no chamado «Grupo dos Nove» e que abrangiam o RC, a Escola Prática de Infantaria, a Força Aérea. Os planos estratégicos das partes eram – em traços gerais – no primeiro caso, recuperar poder e acelerar a revolução; no segundo caso, refrear o processo, recuperar os chamados «princípios de Abril» e repor a cadeia de comando nas Forças Armadas. Havia ainda sectores da extrema-esquerda e da extrema-direita a querer isolar o PCP – em especial os gonzalvistas. O grupo encabeçado pelo tenente-coronel Ramalho Eanes mostrou ter um plano de acção, uma cadeia de comando, a cobertura institucional do Presidente da República e «o suporte político legal» dos resultados eleitorais da Constituinte, realçou o general Tomé Pinto, «número dois» desta estrutura militar. Já os vencidos «não tinham qualquer plano» militar de golpe, manteve o major Costa Martins (presente no COPCON na

madrugada de 25 de Novembro), e que se comprova, acrescentou, pela não ida dos pára-queidistas à Base de Ovar (onde estavam caças e helicópteros). Independentemente de terem ou não um plano prévio, reconhece-se que os radicais teriam vencido no 25 de Novembro se os fuzileiros entrassem em acção ou tivessem um comandante eficaz. Em entrevista ao «Público», Ramalho Eanes reconhece: «A situação teria sido diferente se Otelo, em vez de ir para casa, tivesse ficado a comandar o seu pessoal. Aí os fuzileiros possivelmente teriam entrado». As forças ligadas ao COPCON, apesar de mais numerosas que o adversário e potencialmente mais poderosas (até porque dominavam os grandes depósitos de armamento e munições), tinham no entanto uma baixa operacionalidade. «Eram forças virtuais, se (quem vinha da guerra em África) desse um tiro...», ironizou o então major pára-queidista Ferreira Pinto, 2º comandante do Batalhão que desembarcou em Lisboa a 23 de Novembro. Ferreira Pinto chegou a Portugal a 8 de Novembro para preparar a chegada do Batalhão e constatou que no Estado-Maior da Força Aérea «estavam em pânico», sem saber para que lado iria inclinar-se a força vinda de Angola com muitas toneladas de material de guerra.

O Batalhão foi desmobilizado, excepto o grupo que na noite de 24 para 25 de Novembro escoltou o material de guerra da Base da Ota para Ovar – onde estavam sete caças Fiat e meia dúzia de hélicópteros. Em ligação directa com o Posto de Comando da Amadora, a Força Aérea envia, ao fim da tarde do dia 25, duas parcelas (a primeira de aviões T-37 e a segunda de Fiat's, esta armada com bombas e foguetes) para apoiar o coronel Jaime Neves e as duas companhias de Comandos convocados, que desalojaram os pára-queidistas de Monsanto. Outro oficial comando liderou depois (cerca das 22 horas) uma companhia de conscritos com 12 viaturas Chaimite até ao Palácio de Belém para dispersar uma manifestação. Além dos tiros de intimidação, foi preciso contornar um eléctrico abandonado frente ao Museu dos Coches, na linha Lisboa-Algés. «Foi preciso desviar um bocadinho» o carro (do coronel Moura Carvalho) com uma Chaimite», riu-se o militar comando. O oficial da Força Aérea iria depois ao RC pedir contas pelos estragos. Vinte e cinco anos depois ainda persistem versões contraditórias sobre quem deu a ordem aos pára-queidistas para «saltar» sobre quatro bases da Força Aérea (Montijo, Tancos, Ota e Monte Real, além do Comando da 1ª Região Aérea sediado em Monsanto).

25 DE NOVEMBRO

Edmundo Pedro

O TRIUNFO DA DEMOCRACIA PLURALISTA



A passagem do 25º aniversário do 25 de Novembro força-me a uma pequena reflexão - tanto mais justificada quanto é certo que desempenhei nesses acontecimentos, como é público, um papel destacado. São várias e contraditórias, consoante o ângulo de observação, as opiniões sobre o seu significado. À esquerda, há quem continue a pensar - afirmando-se democrata! - que a reacção popular e militar que pôs um ponto final no PREC configura uma contra-revolução. Têm essa opinião designadamente Carlos Carvalhas - que exprime a opinião oficial do PCP - e a extrema-esquerda. De onde decorre que essas pessoas pensam que o processo social e político então interrompido deveria continuar a desenvolver-se até às últimas consequências. Deveria conduzir, não à consolidação da democracia pluralista - à «democracia burguesa», como a apelidam - mas a uma «democracia popular», ou seja, à «democracia avançada» a que se vem referindo o secretário-geral do PCP. Essa visão reflecte o ponto de vista de Álvaro Cunhal, cuja influência ideológica no seio

do PCP continua bem viva. Ora, o que é a «democracia avançada» ou «democracia popular» defendida por Cunhal e por aqueles que continuam, «coerentemente», fiéis ao seu pensamento? Numa entrevista ao «Avante!» de 4 de Janeiro de 1990, Álvaro Cunhal é bem claro quanto à «democracia» que desejava para o país. Referindo-se às eleições que se aproximavam na Checoslováquia, e que seriam realizadas depois da abertura política anunciada por Gorbachov, Cunhal, que acabara de regressar daquele país, onde tivera conversações com os dirigentes comunistas checos, procurara sossegar a ansiosa expectativa do camarada que o entrevistava, esclarecendo: «Os camaradas (checos) não se mostram abertos à permissão da formação de novos partidos políticos com projectos contra-revolucionários, nem à permissão da sua livre actuação». (Contra-revolucionários eram, obviamente, todos os partidos da oposição...). Os camaradas poderiam, pois, estar descansados quanto ao resultado das eleições: estariam garantidos os habituais 99 por cento! Na mesma entrevista, e referindo-se à

Hungria, Cunhal mostra-se mais reticente quanto ao resultado da consulta eleitoral, visto que «o Partido chama a si erros gravíssimos (que cometeu e até que não cometeu) (Cunhal mostra-se mais bem informado da vida interna do Partido Comunista Húngaro do que os próprios húngaros...) e desacredita-se a si próprio, agrava o descontentamento e oferece à oposição a possibilidade real de um sucesso eleitoral». De facto, ao contrário dos checos, os comunistas húngaros não só se penitenciaram dos crimes cometidos pelo regime que tutelaram - dando, pela primeira vez, um sentido coerente ao significado da autocritica praticada no seio do movimento comunista -, como - suprema inabilidade, segundo Cunhal! -, permitiram que os «partidos contra-revolucionários», ou seja, a oposição, concorresse às urnas! Com tal atitude arriscaram-se - como, aliás, veio a acontecer - a uma pesada derrota eleitoral. Aqui está, expresso com mediana clareza, o modelo de «democracia avançada» que o PCP nos reservava se as forças democráticas - lideradas, fundamentalmente, pelo PS, onde Mário

Soares desempenhou um papel fulcral - não tivessem posto um ponto final no PREC. E o mais provável é que essa «democracia avançada», se tivesse triunfado, fosse bastante efémera. Teria constituído um presente para a reacção! O repúdio, esmagadoramente maioritário, de um tal projecto pelo povo português permitiria à direita, com o apoio popular, derrotar as esperanças de democratização abertas com Abril. O aventureirismo do PCP ter-nos-ia conduzido, com toda a probabilidade, a um desfecho semelhante ao do Chile! O 25 de Novembro não significa para a esquerda (ao contrário do que pensa a direita) a derrota dos comunistas. Esse aspecto é meramente instrumental. O que ele significa efectivamente é o triunfo da democracia pluralista prometida aos portugueses pelos militares de Abril. É nessa perspectiva que, sem complexos, deve ser evocado e comemorado. A verdadeira «contra-revolução» seria, essa sim, a consagração, contra a vontade da esmagadora maioria do povo português, da «democracia avançada» prometida por Cunhal e pela extrema esquerda!

It-Expresso»

SAMPAIO ELOGIOU O ESTADISTA E HUMANISTA MÁRIO SOARES

O Presidente da República entregou no dia 2 no Parlamento ao seu antecessor, Mário Soares, e a Marguerite Barankitse, do Burundi, o prémio Norte/Sul de Lisboa do Conselho da Europa.

Num curto discurso de improviso após a entrega do prémio – composto por dois quadros da pintora Gracinda Candeias –, Jorge Sampaio elogiou o ex-Presidente da República e Marguerite Barankitse, cuja acção se tem destacado na protecção das crianças vítimas da guerra e da fome, como exemplos perfeitos da «trindade constituída pelo simbólico, o real e o utópico».

Segundo o Chefe de Estado, Mário Soares distinguiu-se pelo «seu alto perfil de estadista e empenho nas causas humanistas», enquanto Marguerite Barankitse constituiu «a prova viva de como uma atitude individual pode marcar a diferença entre a vida e a morte para milhares de seres humanos».

Natural de Ruyig (Burundi), de etnia tutsi, Barankitse dedicou-se às missões humanitárias a partir de 1993, quando rebentou a guerra civil no seu país, tendo já salvo até hoje centenas de crianças, algumas delas hutus.

Ao receber o prémio das mãos de Jorge Sampaio, Marguerite Barankitse optou por transmitir um grito de alerta à Europa, para que esqueça os interesses egoístas de Estado e ajude urgentemente África.

Por sua vez, Mário Soares preferiu realçar a importância do Conselho da Europa, procurando desfazer «a errada ideia» de que é uma entidade menos importante do que as instituições da União Europeia.

O ex-Presidente da República e ex-líder do PS lamentou depois que ainda se encontre por cumprir uma promessa feita pelo



Estado português, em 1990, no sentido de disponibilizar instalações próprias para o Conselho da Europa em Lisboa.

Na sessão, usaram ainda da palavra o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, o presidente do Conselho Executivo do Centro Norte/Sul, Miguel Angel Martinez, e o representante do secretário-

geral do Conselho da Europa, Hans-Peter Furrer.

Soares sacrificou tudo à luta pela liberdade

Almeida Santos invocou os seus «50 anos de amizade» com o fundador do PS e ex-

Presidente da República.

«Estou por isso em condições de testemunhar que Mário Soares sacrificou tudo – os prazeres da família, a fruição da liberdade e o êxito na profissão – por amor à liberdade e à necessidade de lutar por ela», declarou o presidente da Assembleia da República.

UM AUTOCARRO CHAMADO JOVEM CIDADÃO

O «Autocarro do Jovem Cidadão», um projecto do Centro Nacional de Cultura que arrancou na semana passada, visa dar a conhecer Lisboa a alunos da capital levando-os ao teatro, a jardins e a espaços das energias alternativas.

O autocarro, equipado com Internet, vídeo e áudio, e com uma plataforma elevatória para deficientes motores, vai circular por Lisboa pelos mais variados espaços, desde miradouros até jardins, passando por chafarizes.

«Este projecto tem como objectivo fazer com que os jovens conheçam os aspectos



positivos e negativos de Lisboa e compreendam o que pode ser recuperado ou transformado», disse Ana Paula Januário, responsável pelo projecto.

Ambiente, letras e cidadania

«Ambiente e Cidadania», «Artes, Letras e Cidadania» e «Viver a Cidade» são os módulos oferecidos diariamente a alunos, do 5º ao 9º ano, das escolas da capital, neste programa itinerante, em que colaboram a Liga para a Protecção da Natureza e o Clube de Literatura, Ilustração e Companhia (Clic).

O projecto, que foi apresentado na semana passada, teve como passageiros do primeiro autocarro o ministro e a secretária de Estado da Educação, respectivamente, Guilherme d'Oliveira Martins e Maria José Rau, assim como representantes das várias instituições apoiantes e os presidentes da Rodoviária de Lisboa e do Centro Nacional de Cultura.

O projecto foi aceite pela Direcção Regional de Lisboa e tem como grandes patrocinadores a LisboaGás, pelouro da Acção Social da Câmara de Lisboa, Fundação BCP, Fundação Calouste Gulbenkian, Hewlett Packard, Parmalat e Ibersol – Pizza Hut.

O LAÇO BRANCO DA LUTA

Um laço branco simboliza, desde sábado, dia 25, o combate à violência contra as mulheres, visando sensibilizar público e políticos para «um crime que ainda é tolerado pelo silêncio colectivo».

Este é o mote da campanha europeia do laço branco, cujo início foi assinalado sábado com a comemoração do primeiro Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres.

Na abertura simbólica do primeiro refúgio especializado na área da violência doméstica – cujo local não foi revelado por razões de segurança – o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, ostentava já o laço branco.

Em Portugal, a rede de casas de apoio às vítimas de violência doméstica já é uma realidade, contando com 24 instituições em que existe esta valência, das quais nove se dirigem especificamente a mulheres vítimas de violência e estando plenamente utilizada a capacidade de quatro.

«O Governo defende que a expansão e consolidação desta rede deve resultar da articulação de organismos da administração pública com entidades privadas, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e organizações não governamentais (ONG) especialmente vocacionadas para o apoio a mulheres vítimas de violência», indica uma nota do gabinete de Oliveira Martins. Por isso, as propostas que têm vindo a ser apresentadas no debate do Orçamento na especialidade para que sejam inscritas verbas em PIDDAC para a

construção de casas de apoio «não fazem qualquer sentido», acrescenta.

De facto, «as verbas necessárias para a expansão desta rede estão devidamente previstas e provirão da Medida 5 do Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio».

Entretanto, questionado por que razão não nomeou ainda uma alta-comissária para superintender nesta área desde a saída de Maria de Belém do Governo, Oliveira Martins explicou que foi entendido que a responsabilidade deveria caber

directamente ao ministro da tutela, uma vez que «não podia haver qualquer desvalorização da responsabilidade desta área».

«Portanto, como a igualdade continua a ser uma prioridade do Governo, entendeu-se reforçá-la, pelo que tudo o que estava em curso e tinha sido lançado pela ministra Maria de Belém prossegue, e naturalmente que há um aprofundamento de iniciativas», afirmou ainda.

O Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres foi instituído em 1981, no Encontro Feminista da América Latina, que se realizou em Bogotá, para assinalar

o assassinio das irmãs Mirabal, ocorrido na República Dominicana durante a ditadura de Trujillo.

Em 1999, as Nações Unidas reconheceram oficialmente o 25 de Novembro como Dia Internacional.

De acordo com uma resolução Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o assunto, a «violência contra as mulheres» abrange todos os actos de que «resulte ou possa resultar dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos e coacção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada». Inclui «maus tratos, o abuso sexual de meninas, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres». E ainda «o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e noutros lugares, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada», acrescenta a resolução.

Nas comemorações do passado sábado esteve igualmente a deputada Maria de Belém, que participou pela primeira vez numa iniciativa pública na área que tutelou como ministra e que actualmente está incluída nas competências do ministro da Presidência.

Na sessão realizou-se o lançamento das publicações da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres sobre «Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças» e «Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres».

Casas Abrigo

O Governo estabeleceu como uma das suas prioridades na área da igualdade a criação de condições de apoio às vítimas de violência doméstica.

Esse objectivo começou a ser concretizado com a aprovação da Lei 107/99, de 3 de Agosto, que consagra, nomeadamente, as condições de acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica em casas de apoio.

São finalidades essenciais desses equipamentos acolher temporariamente mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores; e promover durante a permanência na casa de apoio, nos casos em que tal se justifique, aptidões pessoais, profissionais e sociais da utente, susceptíveis de evitar eventuais situações de exclusão social e tendo em vista a sua efectiva inserção social.

Esta rede de casas de apoio é já uma realidade. Estão actualmente em funcionamento 24 instituições com esta valência, das quais nove se dirigem exclusivamente a mulheres vítimas de violência, estando plenamente utilizada a capacidade de quatro dessas unidades.

Estas casas procuram favorecer uma relação afectiva, do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

Para efeitos de orientação técnica, dispõem ainda de pessoal especializado em áreas comportamentais.

FIM DAS PENSÕES DEGRADADAS

O Executivo socialista entregou, no passado dia 24, na Assembleia da República, a proposta de lei que visa anular as chamadas «pensões degradadas» derivadas do Sistema Retributivo da Função Pública decretado em 1989.

De acordo com o proposta do Governo, até ao final de 2004, os trabalhadores que se reformaram até 30 de Setembro de 1989 terão pensões idênticas aos seus colegas que alcançaram a reforma após essa data. O diferencial do valor das pensões deriva da entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo da Função Pública, que introduziu uma alteração estrutural na forma de retribuir o trabalho prestado pelos funcionários e agentes da Administração e que se traduziu num afastamento relevante dos valores das pensões de aposentação, reforma e invalidez fixadas até 30 de

Setembro de 1989.

As contas do Executivo chefiado pelo camarada António Guterres apontam para um leque de beneficiários desta proposta acima das 70 mil pessoas e um investimento de 15 milhões de contos para suprir o diferencial.

Para o secretário de Estado da Administração Pública, Alexandre Rosa, a proposta do Governo vem colmatar as falhas de uma medida que se mostrava injusta para muitos pensionistas mas, sustentou, que se trata de uma medida «extraordinária e a título excepcional».

O governante disse ainda que todos os antigos agentes abrangidos pela proposta irão adquirir os direitos a 1 de Janeiro de 2001, muito embora o cálculo das novas pensões não possa ser garantido com a brevidade desejada porque «cada caso é um caso».

MEDIDAS FISCAIS DE APOIO A ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Partido Socialista e o Partido «Os Verdes» aprovaram terça-feira uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado que aumenta para 30 por cento a dedução à colecta dos encargos com equipamento utilizado para energias renováveis.

A alteração foi apresentada pela bancada socialista e passou com o voto favorável dos «Verdes», a abstenção do PCP e do BE e o voto contra do PSD e CDS/PP.

No Orçamento de Estado para 2001 – cujo debate na especialidade terminou ontem com a votação final global – o Executivo socialista previa que fossem dedutíveis à colecta 25 por cento dos encargos com equipamentos novos de energias renováveis, estabelecendo o limite de 51.400 escudos.

A proposta do PS vai mais além e aumenta a dedução para 30 por cento e o limite para 100 contos, o qual pode, por sua vez, ser alargado para 120 mil escudos «quando houver aquisição de equipamentos complementares indispensáveis ao funcionamento» dos primeiros. Ainda no que respeita a medidas de carácter ambiental, o PS, PSD e CDS/PP aprovaram uma proposta (apresentada pelos socialistas) que autoriza o Governo a criar uma dedução à colecta do IRS com as despesas efectuadas com todas as obras domésticas que se traduzam em poupança de energia.

O PS aprovou ainda uma proposta que isenta de tributação de IRS as verbas até 50 contos anuais despendidas com cursos de valorização profissional.



Abrantes

Inauguração da Praça de Parthenay

A Encosta da Barata é, seguramente, um dos locais da cidade com maior concentração de condomínios.

Por esta razão, e por forma a proporcionar às pessoas que ali habitam melhores condições de convivência social, o município de Abrantes tem vindo a promover a requalificação das áreas públicas existentes entre blocos habitacionais.

A Praça Parthenay foi mais uma aposta da autarquia visando requalificar aquela área. Estando os trabalhos concluídos, procedeu-se à inauguração da Praça Parthenay, no dia 7, numa cerimónia presidida pelo presidente da Câmara de Abrantes, camarada Nelson de Carvalho.

Municipal de Equipamentos Desportivos, em fase de conclusão, implica um investimento de 13 milhões de contos. O objectivo é, disse, «criar, de forma progressiva, uma rede integrada de instalações desportivas para o concelho, atendendo às dinâmicas associativas da sociedade civil, às diferentes procuras de prática desportiva e assegurando uma redistribuição equilibrada no território».



reunião do Executivo, a tomada de posse administrativa do terreno da Pedreira da Trindade por um período de um ano, prolongável por cinco anos.

A proposta, aprovada por unanimidade, visa o aproveitamento dos terrenos e construções situados na Rua dos Mártires de Angola para estacionamento, restituição da dimensão normal desta rua e sua requalificação paisagística.



de Janeiro com a cidade de Santo Tirso. No decurso da cerimónia, foi atribuído ao camarada António Alberto de Castro Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o título de cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro.



Alenquer

Encontro Concelhio de Reformados e Idosos

Promovido pelo pelouro da Acção Social da Câmara Municipal de Alenquer, realizou-se o XII Encontro Concelhio de Reformados e Idosos, que decorreu no Fórum Romeira. Participaram cerca de 2000 reformados e idosos, oriundos de todas as freguesias do concelho.



A manhã e a tarde foram abrilhantadas pelo Grupo de Animadores Culturais da Imaginartes de Alverca, que fizeram a alegria na rua e o entretenimento no palco. Depois do almoço seguiu-se um espaço de dança, animado pelo conjunto Jaime Ferreira.

O dia festivo encerrou com o corte do bolo comemorativo do XII Encontro.

Tendo como fio condutor a participação da população, este plano «procura manter um significativa fatia das infra-estruturas já existentes, reabilitando-as, bem como construir de raiz novos complexos, investindo assim na qualidade futura das áreas desportivas», sustentou o presidente da Câmara de Cascais.

Neste sentido, está prevista a edificação de uma pista de atletismo na Abóboda, vinte novas piscinas e treze campos de grandes jogos, para a prática de futebol, rãguebi e hóquei em campo.

Oito polidesportivos

No que toca a pavilhões, o concelho verá nascer oito polidesportivos, dezassete pavilhões e salas de desporto e um pavilhão multiusos.

A ciclovia vai crescer até à Marina de Cascais e serão construídos quatro parques de lazer em Caparide, Malveira da Serra, Pai do Vento e Carcavelos.

Em fase de conclusão estão a piscina de Alcáideche, a piscina de aprendizagem da Associação Escola 31 de Janeiro, na Parede, e a sede do Centro Cultural e Desportivo da Madorna, também na Parede. Com o Plano Municipal de Equipamentos Desportivos, segundo sublinhou José Luís Segundo Judas, pretende-se dar «um salto qualitativo em termos desportivos, uma vez que nada do que existe em Cascais tem qualidade».

O investimento será essencialmente municipal, no entanto, a autarquia pretende obter algum financiamento através do Instituto do Desporto, sobretudo para equipamentos para alto rendimento, como é o caso dos centros de vela e hipismo.

Porto

Câmara toma posse da Pedreira da Trindade

A Câmara Municipal do Porto aprovou, em

O aproveitamento deste espaço pretende «satisfazer o interesse público e nacional» subjacente ao evento «Porto - Capital Europeia da Cultura».

O processo da posse administrativa foi estudado com base no decreto regulamentar (11/2000) que refere a delimitação do espaço como área crítica de recuperação e reconversão urbanística «com vista à instalação transitória de infra-estruturas ou equipamento social».

O volume de construção apresenta 14.000 metros quadrados de área abaixo do solo, e 21.000 de área acima do solo.

O Executivo camarário aprovou também, com os votos contra de um vereador da CDU, a transferência de cerca de 83 mil contos (4 mil euros) para a Fundação para o Desenvolvimento do Vale da Campanhã, correspondentes ao valor remanescente do valor total da empreitada dos arranjos exteriores do Bairro do Cerco.

De acordo com o contrato celebrado com a autarquia, que visa a concretização do projecto previsto na Intervenção URBAN para o Vale de Campanhã, foram já transferidos para aquela Fundação cerca de 318 mil contos (15 mil euros).

A Câmara aprovou ainda, por unanimidade, a autorização de abertura de concurso público para a concessão da exploração de um estabelecimento de restauração e bebidas, de uma cervejaria/salão de chá com esplanada e de clube de pôneis no Núcleo Rural do Parque da Cidade.

Santo Tirso

Geminação com o Rio de Janeiro

Santo Tirso e Rio de Janeiro são cidades geminadas. Por proposta do prefeito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Gerson Bergher, realizou-se no passado dia 7, no Plenário Teotónio Vilela, dessa cidade, a cerimónia de assinatura do protocolo de geminação da cidade do Rio

Setúbal

Autarquia planta 3400 árvores

A Câmara Municipal de Setúbal vai plantar mais de 3400 árvores durante o ano 2001, no âmbito do Plano Municipal de Arborização, orçado em mais de 60 mil contos.



O plano destina-se a promover a plantação de árvores em diversas zonas do concelho, na sequência de uma operação semelhante realizada ao longo deste ano, com a plantação de mais de 2500 árvores. A plantação das 3400 árvores, provenientes do viveiro das Amoreiras, deverá ter início na primeira semana de Dezembro do próximo ano.

Sintra

Livro «A Borboleta Leta» recebe prémio

O livro «A Borboleta Leta», de Maria de Lurdes Soares (texto) e Manuela Bacelar (ilustração) foi distinguido com o Prémio António Botto de Literatura Infanto-Juvenil 1999, da Câmara Municipal de Abrantes. De salientar que este livro foi editado em 1998, pelas edições Afrontamento, por iniciativa e com o apoio da Câmara Municipal de Sintra.

PS GARANTE ISENÇÃO NAS VERBAS AOS MUNICÍPIOS

O PS negou que o Governo esteja a favorecer as autarquias socialistas em termos de investimentos em 2001 e garantiu um maior equilíbrio entre as regiões Norte e de Lisboa e Vale do Tejo. Em resposta a declarações proferidas pelo presidente do PSD, o coordenador da bancada socialista para as questões económicas, Hasse Ferreira, acusou Durão Barroso de manipulação de números, começando por lembrar que as 12 capitais de distrito detidas pelo PS «representam 75 por cento da população».

«Considerando as mesmas capitais de distrito e o último PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) de um Governo do PSD, em 1995, verifica-se que a relação permanece sensivelmente inalterada», sustentou o deputado do PS.

Ainda para rejeitar a tese de Durão Barroso de que as câmaras socialistas serão as mais beneficiadas em investimentos do Estado no próximo ano, Hasse Ferreira apresentou dados sobre o peso «per capita» dos dinheiros estatais em concelhos que não são capitais de distrito. De acordo com os dados da bancada socialista, cada habitante de um concelho do PS ou do PSD irá ser contemplado com cerca de 19 contos.

Já nos municípios do PCP e do CDS-PP, por cabeça, cada habitante receberá 25 e 23 contos, respectivamente.

Ao nível do PIDDAC regionalizado, em 2001, segundo Hasse Ferreira, serão transferidos para a região Norte 354 milhões de contos, enquanto para Lisboa e Vale do Tejo serão canalizados cerca de 369 milhões de contos.

De acordo com o deputado socialista, em 1995, «o investimento público realizado na



região Norte representava metade do realizado em Lisboa e Vale do Tejo».

«Entre 1999 e 2000, a dotação do PIDDAC regionalizada destinada às regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve cresceu acima dos 60 por cento, ao passo que Lisboa e Vale do Tejo se limitou a 18 por cento», advogou ainda Joel Hasse Ferreira.

Na conferência de Imprensa, os deputados do PS da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças apresentaram uma justificação para o chumbo sistemático de propostas de alteração das forças da oposição ao Orçamento de Estado de 2001.

De acordo com dados apresentados por Hasse Ferreira, se fossem aprovadas as propostas do PSD e do PCP «representavam, na prática, um PIDDAC novo», com custos superiores a 100 milhões de contos.

«As propostas do PSD representariam um encargo adicional de 64 milhões de contos, as do PCP na ordem dos 46 milhões, as do Bloco de Esquerda de cerca de 27 milhões e as do CDS-PP três milhões de

contos», adiantou ainda o deputado do PS. Hasse Ferreira acusou o PSD de fazer um jogo político «pouco sério» com as propostas de alteração ao Orçamento de Estado.

«Se fossem aceites, o PSD não hesitaria em apresentá-las como vitórias. Para o caso de serem chumbadas, constituem munhões contra o Governo», alertou o dirigente socialista.

PS avança com isenção de impostos para veículos eléctricos

O PS levou na passada terça-feira a plenário, durante a discussão do Orçamento de Estado de 2001 na especialidade, uma proposta de isenção de imposto automóvel para os veículos movidos a electricidade.

A proposta foi apresentada pelos deputados independentes da bancada socialista Francisco Torres e Maria Santos e engloba também uma redução de 50 por cento do imposto automóvel para os veículos movidos a gás.

Segundo Francisco Torres, ainda na «política de concessão de benefícios fiscais para os transportes menos poluentes», os socialistas irão igualmente avançar com uma descida de 40 por cento de imposto para os chamados veículos híbridos, que tanto usam gasolina como gás.

Estas isenções e reduções serão, no entanto, compensadas por um conjunto de agravamentos fiscais, estando na mira do PS os chamados veículos de lazer.

Pelas propostas do PS, no próximo ano, serão especialmente penalizadas as motos-quatro e as motos de água, que passarão a pagar imposto municipal sobre veículos.

A quantificação da taxa de tributação das motos-quatro e motos de água, segundo Francisco Torres, caberá ao Governo, que a terá de regulamentar.

Ainda ao nível das eco-taxas, o PS levou também a plenário na terça-feira uma distinção entre veículos de lazer e utilitários, projectando-se para estes últimos (caso dos monovolumes) um desagramento de 50 para 35 por cento face à proposta do Governo constante no Orçamento para o próximo ano.

Já no que respeita a um dos assuntos mais polémicos da sessão de terça-feira, o primeiro de discussão do Orçamento de 2001 na especialidade, tanto dirigentes do PS, como do Governo, asseguraram que os novos municípios de Odivelas, Trofa e Vizela terão verbas garantidas para suportarem os seus custos de instalação. Apesar de terem sido chumbadas propostas nesse sentido do PS (a mais minimalista) e da oposição (as mais maximalistas), o deputado socialista Casimiro Ramos adiantou que a sua bancada já entregou um requerimento ao Governo para assegurar os financiamentos necessários à instalação dos novos municípios.

ALMODÔVAR

Eleições para a Concelhia

No passado dia 24 os militantes do PS/Almodôvar foram às urnas para escolher a Comissão Política Concelhia.

A lista A, liderada pelo camarada Manuel Lopes Ribeiro, presidente da Câmara local, foi a vencedora, tendo recolhido 132 votos, enquanto a lista B, liderada pelo camarada Rui Lourenço obteve 54 votos.

Num universo de 232 eleitores, exerceram o seu direito de voto 187 camaradas.

Não houve qualquer voto nulo e apenas se registou um voto em branco.

BENELUX

Moção de apoio a Sampaio

«É com enorme alegria e entusiasmo, parafraseando o nosso secretário-geral, António Guterres, na última reunião da Comissão Nacional, que a Federação do PS/Benelux exprime todo o apoio ao camarada Jorge Sampaio para a sua recandidatura à Presidência da República», lê-se na moção sectorial apresentada pelo camarada Paulo Pisco no

Congresso do PS/Benelux e que foi aprovada por unanimidade.

Lembrando que os portugueses a viver no estrangeiro vão poder votar pela primeira vez nas eleições presidenciais - um compromisso assumido pelo Governo do PS na anterior legislatura -, a moção de Paulo Pisco sublinha que «ao longo do primeiro mandato, a postura de Jorge Sampaio tem sido marcada por um olhar atento aos movimentos da nossa sociedade, procurando sempre evitar bloqueios e promover o bem-estar e o progresso dos portugueses e de Portugal e garantir a estabilidade social e política, tão necessária neste momento de irracionalidade destrutiva que assalta os partidos da oposição».

FARO

PS debate reforma fiscal

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Ricardo Sá Fernandes, participou na conferência subordinada ao tema «Reforma fiscal», uma iniciativa da Secção de Faro do PS, que decorreu no dia 24, no Conservatório Regional do Algarve.

Esta foi a primeira conferência de um ciclo que a Secção do PS/Faro pretende levar a efeito com a presença de membros do Governo, directores regionais, autarcas, dirigentes nacionais e distritais sobre temas da actualidade.

A MINHA VISÃO DO NEGÓCIO ENI/GALP



Decorre desde há alguns meses um inquérito parlamentar à segunda fase de privatização da Galp. Ao requerer tal inquérito, estava o PSD no seu direito. Quem não tem procedido direito são os que têm aproveitado o inquérito parlamentar para - com base na distorção de factos revelados no seu âmbito e, sobretudo, com base em invenções feitas à sua margem - fazerem críticas levianas ao Governo e ataques pessoais injuriosos, quer a membros do Governo quer a outras pessoas envolvidas no processo.

Durante este tempo, tenho estado limitado pelo dever de dar prioridade aos meus depoimentos na Comissão de Inquérito Parlamentar e pelo dever de sigilo que resulta dos contratos celebrados. Produzida a minha segunda intervenção na Comissão Parlamentar e quebrado por terceiros o sigilo a que eticamente estavam obrigados sobre tais contratos, posso e devo agora prestar à opinião pública os esclarecimentos necessários à plena compreensão da privatização da Galp. Agora é a vez do meu testemunho.

O interesse nacional salvaguardado. Entre as várias questões que se colocam, uma releva de importância essencial: está o interesse nacional plenamente salvaguardado na privatização da Galp? A minha resposta - que fundamentarei - é inequívoca: o interesse nacional está plenamente assegurado e salvaguardado por uma tripla chave: a composição accionista actual da Galp e os mecanismos da sua evolução futura; os direitos especiais do Estado enquanto accionista (fixados na lei e nos estatutos da empresa); e os direitos do Estado enquanto regulador do sector da energia.

No que respeita à composição accionista actual da Galp, é indispensável reter três ideias:

- o Estado não vendeu o controlo da Galp;
- a ENI não controla a Galp;
- o Estado detém ainda a maioria do seu capital e não fica refém de nenhum accionista depois de a perder.

Na verdade, o que o Estado vendeu à ENI foi 11% do capital da Galp a que se somam 22,34% que a ENI adquiriu à Petrocontrol (empresa de accionistas portugueses privados) que, desde 1991, tinha obtido uma posição accionista muito forte na privatização da então Petrogal.

O poder da ENI na Galp é o correspondente à soma de tais percentagens (33,34%), com as limitações decorrentes dos direitos especiais e regulatórios que o Estado detém.

Ao contrário, o poder actual do Estado é o que decorre da sua posição accionista directa e indirecta ser de 48,3%, a que há que juntar uma participação de 14,3% da EDP (em que o Estado é o principal accionista de referência com 30% do respectivo capital), com a ampliação resultante dos já citados direitos especiais e regulatórios cujo conteúdo a seguir



específico.

Ao aprovar a privatização da Galp, o Governo determinou a criação de uma categoria de acções privilegiadas no capital da Galp, que têm de ser maioritariamente detidas pelo Estado e outros entes públicos. Esse mecanismo assegura ao Estado que a sua presença enquanto accionista será sempre muito relevante, mesmo quando a mesma, no futuro, for francamente minoritária. Esta categoria de acções existirá enquanto o Estado não decidir extingui-la.

Os direitos especiais conferidos por tais acções são designadamente os seguintes: o direito de aprovar a eleição de 3, 4 ou 5 membros do conselho de administração, consoante este tenha, respectivamente, um total de 11, 13 ou mais membros; e o direito de que quaisquer deliberações de alteração do contrato de sociedade, quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e, ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa o abastecimento do país de petróleo, gás ou produtos derivados dos mesmos não sejam aprovadas, nem em primeira nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos que lhes correspondem.

Se os direitos do Estado enquanto accionista da Galp são, como se viu, muito importantes e perenes, eles não são, porém, o único - e nem sequer o principal - meio de intervenção do Estado na actividade da Galp. A tais direitos somam-se os poderes do Estado enquanto regulador, poderes esses que no sector energético são extremamente significativos. Lembre-se que o campo de intervenção do Estado enquanto regulador vai das condições de produção no plano ambiental à fixação das reservas estratégicas, aos

mecanismos de preços.

Apesar de todos estes direitos e garantias há também quem refira, como factor novo e de preocupação, o facto de a ENI ter tido acesso a uma minoria de bloqueio (33,34%). Sucede que não é verdade que esta seja uma situação nova nem em relação a parceiros portugueses (Petrocontrol) nem em relação a parceiros estratégicos estrangeiros reais ou potenciais (Total e Saudi-Aramco). Façamos, então, um pouco de história. História de acordos e parceiros (1991-2000)

Nos idos anos de 91 a 95 - quando se iniciou a privatização da Petrogal, a antecessora petrolífera da Galp - o diploma que aprovou a primeira fase de privatização fixava em 51% o capital desta empresa a privatizar, concedendo à Petrocontrol o direito a uma aquisição imediata de 25% e garantia, a 3 anos, a aquisição de mais 26% (51% no total, a maioria).

Sucede que a Petrocontrol era então constituída por uma associação entre accionistas portugueses (que detinham 51% da sociedade) e a Total (multinacional francesa do sector que detinha 49%). Como se vê, não era apenas minoria de bloqueio mas maioria efectiva que aquele processo garantia. No ano de 1995 - quando a Total abandonou a sua participação na Petrogal - um novo diploma de reprivatização da Petrogal levou a Petrocontrol (então, apenas constituída por accionistas privados portugueses mas com o direito de se associar a parceiros estrangeiros) a deter imediatamente 45% do capital e um direito de preferência nas fases subsequentes de reprivatização (podendo assim facilmente chegar à maioria do capital, uma vez que sobre esse direito de preferência não impedia qualquer limitação).

No ano de 1996, por acordo entre o Estado e a Petrocontrol (tal como se fez em 1999-2000, em relação à ENI), estabeleceram-se negociações para a entrada de um parceiro estratégico estrangeiro (Saudi-Aramco, saudita) no capital da Petrogal. Esse acordo - que os sauditas romperam depois de terem rubricado - previa para os parceiros privados em partes iguais (Petrocontrol e Saudi-Aramco) uma maioria confortável de capital, com direitos de preferência para vendas entre si e direitos de venda conjunta para terceiras entidades, ficando o Estado com direitos especiais e uma minoria de 10% no capital.

Em síntese: como se vê, por analogia com as situações anteriores de parcerias estratégicas na Petrogal (nomeadamente com parceiros estrangeiros) efectivamente concretizadas ou ensejadas, não é novo que a ENI tenha tido, na Galp, acesso a uma minoria qualificada.

O que é novo, e ao contrário do que acontecia anteriormente, é que a ENI não tem direito de preferência nas fases seguintes de privatização, desde que organizadas em operações de mercado, como pode e deve ser a referente à redução de 21% da participação do Estado no capital da Galp, a realizar até Junho de 2002.

Daqui resulta uma conclusão incontroversa: os acordos celebrados e a legislação aprovada pelos Governos do PS em 99 e 2000 originam uma situação mais favorável, na perspectiva nacional, no que toca à evolução accionista futura da Galp do que os instrumentos correspondentes celebrados e aprovados pelos Governos do PSD em 91 e 95. Este é um ganho de causa importantíssimo até porque, cada vez mais, o interesse público tem, também, de ter em conta a sua dimensão comunitária.

A comparação entre os acordos de 1991 e 1995 (com a Petrocontrol) e o acordo de 2000 com a ENI mostra que, só neste último, o Estado goza do já referido direito de resgatar a participação da ENI na Galp, caso a ENI venha a ser objecto de uma tomada de controlo por uma entidade concorrente da Galp na Península Ibérica. E que, também agora, a ENI fica obrigada a manter a sua participação na Galp separada de qualquer associação empresarial em que possa entrar; e a assegurar que a Galp manterá a sua identidade empresarial própria e o seu centro de decisão em Portugal.

Faço este sublinhado sem qualquer sentido crítico para os meus colegas que, em governos anteriores, tiveram a responsabilidade de legislar ou subscrever acordos sobre esta matéria. Sei perfeitamente que não tiveram menor apego ao interesse nacional do que eu próprio. Limito-me a constatar factos que têm sido sistematicamente omitidos.

A Galp após a privatização. No que respeita aos mecanismos de evolução futura da estrutura accionista da

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Galp, fixados no Acordo Parassocial com a ENI e nos diplomas legais que regulam a privatização da Galp, outras três ideias devem ser sublinhadas:

– o Estado não está refém da ENI, nem antes nem depois da próxima operação de privatização;

– o Estado é livre de organizar a privatização de 21% do capital da Galp (até Junho de 2002) como entender e vai fazê-la no mercado;

– a ENI não tem possibilidade, nestas operações, de atingir 50% do capital da Galp.

No acordo parassocial com a ENI - tal como antes já acontecia com a Petrocontrol - o Estado obriga-se a alienar em bolsa, até 30/6/2002, uma tranche de 21% dos 48,3% que actualmente detém.

Conforme já referi, a ENI (ou qualquer outro dos accionistas de referência da Galp - EDP, Iberdrola) não tem qualquer direito de preferência nesta operação, tendo o Estado toda a liberdade de a organizar como quiser. Ela deve destinar-se, fundamentalmente, à dispersão deste capital pelo público, como consta do programa bienal de privatizações aprovado pelo actual Governo.

Neste domínio há, também, um ponto que carece de esclarecimento.

Há no acordo uma cláusula que penaliza a hipótese de o Estado não organizar a venda em bolsa a que se obriga e deseja, impondo nesse caso uma ou duas vendas por ajuste directo aos parceiros estratégicos, ENI incluída, e na exacta proporção que cada um tenha no capital. Surgiu, por isso, uma interpretação segundo a qual tal cláusula provaria que o Estado teria prometido o controlo da Galp à ENI e a possibilidade de atingir mais de 50% no capital.

Esta cláusula só pode ser accionada contra o Estado - e não por iniciativa do Estado - se este não efectuar, primeiro até 30/06/2002 e depois até meados de 2005, o IPO de 21%.

Em síntese: as vendas directas só existirão se o Estado não colocar o capital a privatizar na bolsa. Ora, a colocação em bolsa é a via que o Estado quis e quer concretizar. Por esta via, nenhum dos parceiros estratégicos (incluindo a ENI) pode atingir 50% do capital da Galp.

Demonstrado que está que o interesse nacional - no que respeita à estrutura accionista actual e futura da Galp - está plenamente salvaguardado, é necessário, também, afirmar algo mais.

É necessário dizer, sem equívocos nem sofismas, que é também do interesse nacional que os nossos operadores energéticos (Galp, EDP) tenham parceiros estrangeiros fortes, credíveis, que lhes acrescentem capacidade e força competitiva no mercado ibérico de electricidade e gás natural. Foi por isso que escolhemos uma boa parceria com a ENI, a 6ª maior operadora mundial do sector (a 1ª europeia no gás natural), que aceitou e pode potenciar uma acção articulada com a Galp no mercado espanhol.

É necessário dizer, sem hipocrisia e com clareza, que a soberania energética do país se defende também pela diversificação de fontes de abastecimento em vez da aceitação passiva do seu afunilamento e

isolamento (daí a construção de um terminal de descarga de gás natural em Sines, libertando-nos da dependência exclusiva do gasoduto e dos terminais de descarga espanhóis).

A selecção da ENI: rigor e transparência
Uma segunda questão de importância essencial tem que ver com a natureza e o processo de selecção da ENI como parceiro da Galp, sobre a qual se tem dito e escrito enormes falsidades, umas por ignorância dos factos, outra por manifesta má-fé.

Como demonstrei de seguida, o processo de selecção da ENI (e da Iberdrola) foi objectivo, rigoroso e transparente.

A ENI e a Iberdrola foram seleccionadas mediante um processo informal de concurso limitado. O processo foi conduzido pelo eng. Henrique Bandeira Vieira, com a assessoria de um banco de investimento internacional, de acordo com critérios objectivos e transparentes. Foram convidadas 15 empresas internacionais. Dessas 15, houve cinco (Elf, ENI, Iberdrola, Shell e Williams) que apresentaram propostas, no âmbito de uma primeira fase do concurso. Uma de tais cinco propostas (a da Shell) teve que ser excluída por fugir aos termos do concurso. A apresentação de propostas seguiram-se negociações com vista à definição de propostas finais. Tive oportunidade de ver referências públicas a que teria havido «alterações a meio da corrida» que modificariam as condições do concurso e que deveriam ter levado à sua anulação.

As questões em causa, nestas opiniões, são duas:

– o facto de a Elf ter desistido;

– o facto de a ENI ter obtido 33,34% do capital, quando foi anunciado aos concorrentes a alienação de, no máximo, 15% do capital que o Estado detinha na Galp.

Em relação a estas questões, dois factos relevantes devem ser esclarecidos para que tudo fique claro, de uma vez por todas.

1º facto: o prazo para a recepção de propostas das entidades pré-qualificadas (as quatro já referidas) terminava a 30 de Setembro de 1999. Foi a 30 de Setembro que a Elf comunicou à Galp que desistia e foi a 30 de Setembro que a ENI formalizou a sua proposta (incluída de preço), com base na qual se desenvolveram as negociações. Isto é: a ENI, ao apresentar a proposta, desconhecia que a Elf ia desistir de apresentar a sua.

2º facto: se foi absolutamente claro para todos os concorrentes pré-qualificados que o máximo que o Estado venderia ao parceiro estratégico era 15% do capital, foi também igualmente claro para todos eles a disponibilidade de a Petrocontrol ceder parte da posição que então detinha (33,34%), desde que o fizesse nas mesmas condições de preço do capital que o Estado alienava.

A Petrocontrol tinha esta prerrogativa no Acordo Parassocial negociado com o Estado, e, em conversações com a Elf, a Shell e a ENI, essa possibilidade foi-lhes comunicada pela Petrocontrol e o interesse de cada uma das companhias nessa possibilidade manifestada à Petrocontrol. Daí não ser legítima a invocação sistematicamente feita de que apenas a ENI teria conhecimento de que, além dos 15% de capital público, poderia vir a reforçar mais a sua posição, através de aquisição directa ao núcleo privado português de parte da sua posição. A ENI não beneficiou, neste domínio, como em nenhum outro, de qualquer assimetria de informação.

É que esta prerrogativa e disponibilidade da Petrocontrol não era sequer uma novidade. Já tinha estado em cima da mesa quando, em 91/92, a Total integrava a Petrocontrol e, em 96/97, quando esteve em vias de conclusão a entrada na Petrogal da Saudi-Aramco. E constava do seu Acordo Parassocial com o Estado.

Esclarecidos estes dois factos, uma conclusão me parece óbvia: não só o concurso não devia ser anulado como

fazê-lo, teria sido, isso sim, alterar as regras não a meio mas no fim do desafio. Ainda para mais quando os parceiros escolhidos ofereceram importantes vantagens para a Galp, que correspondiam aos objectivos estratégicos definidos pelo Governo, em concertação com a Petrocontrol, para a escolha dos parceiros estratégicos.

E porque os factos são factos, há que recordar que, nos processos anteriores de selecção de accionistas estrangeiros para a Petrogal, não tiveram lugar procedimentos análogos, tendo sido escolhidas empresas sem qualquer concurso. Foi esse o caso da Total, em 1991, e o da Saudi-Aramco, em 1996/1997. Por tudo isto sustento o que comecei por afirmar: o processo de selecção da ENI e da Iberdrola foi, tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo, objectivo, rigoroso e escrupuloso.

Assim o considero também a sempre exigente Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia, em 12/7/2000.

Considera a Comissão que «(...) o processo de privatização se baseou numa abordagem competitiva e transparente e acompanhada por um consultor independente. Os critérios utilizados para seleccionar os vencedores foram claros e transparentes e conhecidos de todos os potenciais participantes desde o início do processo. As propostas eventualmente escolhidas pelo Governo foram as que ofereciam os melhores resultados para o Estado», para concluir que «(...) Portugal agiu como um investidor numa economia de mercado e que a operação e o procedimento de venda não envolveram qualquer auxílio estatal (...)».

Em suma, não só o Governo português agiu em observância com as normas do direito comunitário, respeitando as regras da política da concorrência, como o procedimento adoptado garantiu ao Estado a obtenção do preço máximo com a venda. Nada mais claro.

Ministro das Finanças



25 DE NOVEMBRO

Augusto Santos Silva

CONSTRUIR A DEMOCRACIA

É inteiramente justificado, por mais que custe à nostalgia revolucionária, comemorar a operação militar vitoriosa do 25 de Novembro como um acto fundador da nossa democracia. Não só permitiu interromper a deriva para um sistema político hegemónico pelos inimigos do pluralismo, como controlou a pulsão da direita contra-revolucionária saudosa da ditadura. Estabeleceu as condições essenciais para a consolidação de uma democracia de base parlamentar, constitucional, respeitadora dos direitos do homem e com um horizonte social avançado.

Mas já não faz sentido, como aqui e ali agora se pretende, tornar o 25 de Novembro no único ou primordial acto fundador da democracia. À distância de um quarto de século, deveria ser claro que ninguém pode ter a pretensão de fixar retrospectivamente a história ou apropriar-se de parte dela. O que vale para todos, mas especialmente para aqueles que protagonizaram esse período exaltante e contraditório da nossa descoberta como país livre. A conjuntura revolucionária que se abriu em 25 de Abril de 1974 e fechou com a aprovação da Constituição democrática, as eleições legislativas e a formação do primeiro governo constitucional, acelerou o tempo e concentrou num único feixe de acções múltiplas confrontações de interesses, trajectórias e projectos. Indeterminou por um momento singular os futuros e abriu, a uma sociedade que vinha de longa apatia, um vasto leque de possibilidades. Todas as confrontações que se inscreveram em tal momento e de que resultou a materialização



de uma das várias possibilidades pertencem, por isso, à nossa democracia. Em cada etapa do processo revolucionário, fomos devedores das circunstâncias e da consciência que favoreciam. Não se pode, pois, julgar os factos e os actores à luz de critérios que lhes sejam cegos. A descolonização fez-se, com os erros conhecidos, na época da divisão do mundo em dois blocos, e fez-se aqui com décadas de atraso por única culpa da ditadura. Mesmo assim, recolocou-nos no lugar que é o nosso, sem ficções imperiais, e abriu as portas da liberdade a novas nações. A aceleração revolucionária pós-11 de Março percebe-se mal se acaso se teimar em esquecer que as nacionalizações constituíam o emblema básico do pensamento e da prática da esquerda coeva e reforçavam-se em Portugal com o apego proverbial ao Estado e a

desconfiança profunda da cultura empresarial, alimentada também por anos e anos de conluio entre o grande capital e o regime fascista. As ilusões sobre vanguardas militares revolucionárias têm de ser contextualizadas nos anos 70, tal como a doutrinação da democracia popular directa como alternativa à representação partidário-eleitoral. Mesmo assim, um povo inteiro experimentou, por uma vez, ser sujeito num processo social e político e tomou em mãos a afirmação de direitos que ninguém mais ousou questionar.

Quanto à sequência de Novembro, se ela em grande medida restaurou o movimento democrático no espírito original do 25 de Abril, não há dúvida de que o fez por uma lógica de normalização muito ortodoxa, incapaz de aproveitar todas as dinâmicas de aprofundamento da democracia parlamentar que em 1974-75 haviam

ocorrido. De tal modo que alguns dos tópicos principais da revolução, quanto à participação cívica, à auto-organização da sociedade civil ou à valorização da escala de proximidade, regressariam em força nos anos 90.

Já se disse que a experiência portuguesa inaugurou uma nova vaga de revoluções democráticas. Pesem todas as dificuldades, ziguezagues e riscos, foi uma revolução feliz, que mudou de facto quer a estrutura política, quer a base social, psicológica e cultural do país. Otelo e Eanes pertencem ambos a ela, como factores e símbolos maiores dos dois momentos dramáticos de arranque e solução. Mas sem dúvida que no mosaico revolucionário se quadram melhor o desprendimento de Salgueiro Maia e a argúcia e coragem de Melo Antunes; e que, no plano civil, a democracia deve a Mário Soares e Salgado Zenha bem mais do que aos conservadores timoratos e aos agitadores ocasionais, na luta contra a velha e a nova máquinas totalitárias.

Para perceber o alcance da fundação da democracia e avaliar os fundadores, não é preciso, porém, sacrificar a complexidade à lógica de vencedor e vencido, ou decidir, «a posteriori», que factos acolher e que factos expulsar. A democracia portuguesa fez-se do debate fundamental que percorreu o período revolucionário e da recusa dos debatientes em prolongá-lo pela guerra civil. Fez-se de Abril, de Março e de Novembro. É suficientemente grande para acolher todos os meses e, portanto, nós todos, a quem coube instaurá-la e a quem cabe defendê-la e consolidá-la.

*Ministro da Educação
#i-Expresso



PERSPECTIVA

Manuel Alegre

O ABRAÇO DA VIDA

Mais do que juízos moralistas, importa analisar politicamente as circunstâncias em que se verificou a viabilização do Orçamento de Estado. Em primeiro lugar, o Estatuto do Deputado. Jorge Lacão pôs o dedo na ferida: está errado o sistema que permite a um autarca vir de passagem a S. Bento como deputado para depois ser julgado politicamente como autarca. É urgente uma reforma: quem é deputado, é deputado, quem é autarca, é autarca, quem é gestor público, é gestor público. A acumulação gera ambiguidades e conflitos. O deputado eleito deve permanecer na Assembleia da República e ser depois julgado pelos seus actos como tal. Infelizmente Durão Barroso e o PSD querem bloquear a reforma. Não é certo que outros tenham a coragem de a levar por diante. Em segundo lugar a hipocrisia: ninguém

queria eleições antecipadas, talvez com excepção do PP e de alguns optimistas do PS. Mas ninguém quis assumir claramente a responsabilidade de negociações aprofundadas no quadro parlamentar. Alguém falou de um «simulacro de negociações». Não sei se houve suficiente vontade política de chegar a acordo. Foi deste vazio que surgiu a abstenção do deputado Campelo. É certo que o primeiro-ministro fez uma última tentativa negocial. Mas não foi por acaso que desta vez os partidos da direita não mostraram qualquer disponibilidade. Este Orçamento põe em causa interesses e contém elementos que permitem iniciar uma reforma fiscal cujas bases foram aprovadas pela maioria de esquerda no Parlamento. Por isso o PP, que há um ano viabilizou as contas do Estado, não o fez agora e acabou por ter contra si os ventos populistas cujo saco abriu.

O PSD lavou as mãos. O PCP está em guerra civil. Resta o Bloco de Esquerda. Tenho dúvidas sobre se não teria sido possível viabilizar o OE com o Bloco. Mas aqui surge a terceira razão: há no Governo e no PS quem pense que tal comprometeria a imagem do Governo e a estratégia de ganhar ao centro. Há mesmo mais do que isso: se no PCP e outras esquerdas há preconceitos anti-socialistas, também no PS há quem não queira nada com as restantes esquerdas. Por isso o sistema político está coxo. É preciso acabar com a ideia de que só há estabilidade à direita e com a direita. Pode e deve haver soluções de estabilidade à esquerda e com a esquerda. Caso contrário, o PS estará sempre a jogar com menos um, perante uma direita que não hesita em unir-se para conquistar o poder. É preciso mudar as esquerdas. Não só o PCP e o Bloco, mas também o PS, que é

um partido da esquerda democrática, não um partido do centro aberto à direita e fechado à esquerda.

Quando se passa para os jornais a notícia de que se aguardam eventuais fracturas resultantes do Congresso do PCP para que novos dissidentes se venham aliar ao PS, está-se, ao fim e ao cabo, a reforçar a ala conservadora e estalinista do PCP. Quem assim procede não quer que o PCP se renove. Além de que não estou a ver Carlos Brito e outros em trânsito para o PS. Eles vão ficar. E isso é que é novo, ainda que o PCP continue a ser o que é, leninista, nostálgico da URSS e dos ontens que já não cantam. A pesca à linha nada resolve. Nem no PCP, nem no PS. Gostava de ver o PS dialogar com os que não querem: os duros. Não seria o abraço da morte, talvez fosse, por mais estranho que pareça, o abraço da vida.

#i-Expresso





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Títeres em Amarante

Os bonecos de Santo Aleixo, títeres tradicionais do Alentejo, «deslocam-se» à cidade, este sábado, para um espectáculo que se realizará na Cozinha dos Frades, com início marcado para as 21 e 30.

A OFITA – Oficina de Teatro de Amarante leva à cena, às 15 horas do dia 3, a peça «Mulheres de Atenas», no ARPA, em Padronelo.

Cinema em Aveiro

O Cineclubes organiza, até sábado, dia 2 de Dezembro, a primeira edição do «Festival Internacional de Cinema de Aveiro – Primeiras Obras», no Centro Cultural e de Congressos. No total serão exibidos dez filmes em três sessões diárias agendadas para as 15 e 30, 18 horas e 21 e 30.

Para encerrar o Festival, a organização escolheu «Shadows» («Sombras») de John Cassavetes, considerado um dos momentos marcantes do nascimento do cinema moderno.

Em simultâneo com o Festival, o Cineclubes de Aveiro e a Federação Portuguesa de Cineclubes vão levar a efeito o XIII Encontro de Cineclubes nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro.

«Circuito alternativo de exibição cinematográfica», «O cinema e a escola» e «Acção de difusão cinematográfica a nível local dos Cineclubes» são os temas que vão estar em discussão no encontro que junta os Cineclubes do País.

Está também prevista a realização de um colóquio sobre o cinema português com a presença de realizadores nacionais.

Conferência em Coimbra

«Arte e Loucura» é o sugestivo título da conferência programada para hoje, às 18 horas, na Casa Municipal da Cultura, no âmbito do ciclo «Portugal, 1910/1933 – Releituras de um passado inexacto». Neste encontro participará António Pedro Pita. Termina este domingo, dia 3, também na Casa da Cultura, a VII Festa do Livro.



30 ANOS
Pintura, desenho
escultura e videografia
de

António Colação

Exposiç@o!

www.terravista.pt/portosanto/4102

Expressão plástica em Fafe

Uma mostra de expressão plástica do Instituto de Estudos Superiores estará patente, entre os dias 4 e 9 de Dezembro, na Galeria Municipal.

Encadernação em Faro

«A Encadernação Passo a Passo» é o tema da exposição de fotografia que vai estar aberta ao público, na Sala de Exposições do Museu Arqueológico Infante D. Henrique, a partir da próxima quarta-feira, dia 7.

Ao todo, estarão em exibição, até 26 de Janeiro de 2001, 137 fotos que demonstram, através de textos explicativos, as múltiplas etapas da realização de dois tipos de encadernação: a encadernação à francesa, ou *carton enfilé*; e a encadernação à *la Bradel*, ou capa solta.

Pintura na Guarda

«Pintura Narrativa Etíope» é o título de uma exposição de telas tradicionais etíopes e pinturas sobre pergaminho que até ao dia 20 de Dezembro estão patentes ao público no Paço da Cultura (antigo Paço Episcopal).

Jazz em Guimarães

O Auditório da Universidade do Minho exhibe, hoje, às 21 e 30, o filme «O Método do Samurai», do realizador Jim Jarmush. Às 24 horas de hoje assista, no Ultimatum – Café Jazz Café, à actuação do Coimbra Jazz Plan.

Desenhos em Lisboa

Os «Desenhos de Mestres Europeus nas Coleções Portuguesas» poderão ser apreciados, até ao dia 7 de Janeiro de 2001, na Galeria das Naus do Centro Cultural de Belém (CCB), todos os dias, das 11 às 20 horas.

O Grande Auditório do CCB será palco do

concerto do intérprete italiano Rinaldo Alessandrini, no próximo dia 5, pelas 21.30h.

Supermotard na Lousã

O I Supermotard da Lousã acontece no sábado, dia 2, entre as 13 e 30 e as 17 horas, no Aeródromo.

Euro em Monchique

A vila vai receber, nos próximos dias 2 e 3, o «Euro na Estrada», uma iniciativa da Comissão Nacional do Euro do Ministério da Economia. Trata-se de uma exposição temática sobre a moeda única da União Europeia suportada em dois painéis informativos, meios informáticos e audiovisuais, balcões de informação, entre outros equipamentos. A mostra estará patente no Largo dos Chorões.

Carnaval em Ovar

A eleição do rei e da rainha do Carnaval de 2001 decorre amanhã, no Cine-Teatro ovarense, a partir das 21 e 30. Na ocasião, realiza-se também um desfile de trajes carnavalescos e uma entrega de prémios do Carnaval 2000.

História em Paredes de Coura

O Centro Cultural acolhe, até ao dia 3, a mostra «A Construção Territorial do Brasil», uma exibição promovida pela Comissão dos Descobrimentos.

Palestra em Portimão

Hoje, às 21 e 30, assista, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, à palestra «Internet: oportunidade e ameaça para o comércio local», com Ivo Dias de Sousa.

Desporto em Santo Tirso

Numa organização conjunta da autarquia, do Grupo Desportivo 4 Caminhos e da Federação Portuguesa de Orientação, realiza-se este fim-de-semana (2 e 3 de Dezembro), o VIII Campeonato Ibérico de Orientação e o I Grande Prémio de Santo Tirso.

Atitudes em Sintra

O Museu do Brinquedo alberga, até ao dia 10 de Dezembro, uma mostra de pintura da autoria de Luísa Moraes, intitulada «Atitudes».

Perspectivas em Vila Real de Santo António

A exposição «Perspectivas do Mundo», de Marcelo Gomes Balla, encontra-se patente ao público, até à próxima quarta-feira, dia 7, no Centro Cultural António Aleixo.

SUGESTÃO

Festival de Marionetas

O IX Festival Internacional de Marionetas do Porto leva à cidade, entre 3 e 17 de Dezembro, 23 companhias de 11 países com peças para todos os gostos e todas as idades, dos adultos aos bebés.

Durante 15 dias, um total de 58 espectáculos vai ocupar várias salas portuguesas, como o Teatro Nacional de S. João, Rivoli, Teatro Helena Sá e Costa, Balleateatro Auditório e Teatro Latino.

O festival abre com «Re: Frankenstein», um espectáculo para adultos produzido pelo grupo Stuffed Puppet Theatre, sediado na Holanda e fundado em 1976 pelo australiano Neville Tranter.

O evento continua com a estreia absoluta da ópera para adultos «Cosi fan Tutte», pelas Marionetas de Lisboa, com a Orquestra Nacional do Porto, e com «Les Amis de Loulou», do Teatro Gioco Vita, de Itália.

O festival ingressa no mundo das crianças com «Histórias de animais, de Bichos e outros que tais», de Delphim Miranda, e «Lulu e Pâquerette», dos belgas Créa Theatre, atingindo o pico mínimo etário com «Gribouille», dos franceses Phénomène Tsé-Tsé, dedicado a bebés a partir dos nove meses.

O certame inclui ainda duas peças para todo o tipo de público, «Gaston & Pedro», de Green Ginger, e «A Dragoa», de José Carlos Barros.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Canção sobre um eterno motivo

Manuel Mendes

Sentado à minha varanda,
Contemplo a noite que desce
E a rosa

Que puseste no meu peito

E, largo tempo,
Ficando silencioso,
Oíço uma voz que me fala...

– Que voz é esta,
Tão incisiva, tão pura,
Que me pede que acredite
E tenha fé no destino?

Inclino a fronte, - medito
No altíssimo desejo
Que anda comigo
E sobe a cada momento!

Nas ramas do arvoredo,
O vento,
Passando, diz qualquer coisa.

A sombra cai,
De repente, volumosa.

Mal distingo as minhas mãos.

E ao pé de mim
Tomba o corpo
Fino e frágil dessa rosa...

António Botto

Lustro
CLÃ
em concerto

4 de Dezembro

Aula Magna
Universidade de Lisboa



APROVAÇÃO DO OE 2001

Contrariamente ao que se passou nos cinco Orçamentos de Estado anteriores, não foi o Grupo Parlamentar do PS, salvo raríssimas excepções, abordado de forma pontual ou sistemática, por deputados, coordenadores ou responsáveis de Grupos Parlamentares da Oposição, no sentido de serem concertadas aprovações de propostas. Em todos os cinco anos anteriores, sobre muitas dezenas, por vezes mais de uma centena de propostas, houve por parte dos Deputados e dirigentes da Oposição, um esforço de diálogo e de convergência que permitiu sempre a aprovação de dezenas de propostas da oposição. É claro que só uma nova lei de enquadramento orçamental, conjugada com o avanço da descentralização do Estado e a criação de novos mecanismos, de controlo orçamental, permitirão que os investimentos do Estado, no que toca ao seu debate público e aprovação parlamentar, sejam tratados de uma forma mais correcta e adequada. Numa época de crescimento económico que vivemos, impõe-se uma partilha tão

equilibrada quanto possível dos frutos desse crescimento. Ou seja, como diria o antigo ministro francês das Finanças Strauss-Kahn, seria necessário respeitar o «triângulo de ouro»: - uma parte para as despesas necessárias, financiando as prioridades; - outra para os contribuintes, baixando os impostos; - e, finalmente, uma parte para o futuro, reduzindo o défice e a dívida.

Ora, vejamos como evoluíram os vértices desse triângulo? Considerámos as prioridades, no quadro das despesas necessárias. Essencialmente as despesas sociais e as de investimento, mas também as Finanças Locais. O que o Governo do PS tem feito nesta área da protecção social é concretizar um Programa de Formação e de Solidariedade que nem a direita social conservadora, nem o centro-direita liberal clientelista alguma vez conseguiram nem congeminar nem concretizar. O segundo lado do triângulo corresponde à baixa dos impostos. A redução dos impostos verificou-se

essencialmente nos domínios sociais, nas áreas da tributação energética, bem como no apoio às empresas situadas em regiões menos desenvolvidas. Tem a ver com o modelo estratégico de desenvolvimento, privilegiando melhores condições ambientais, mais adequados apoios na área social, por via fiscal, e incentivando uma melhor inserção territorial do nosso tecido empresarial. «Last but not least», significativamente neste Orçamento reduziu-se o IRS e adoptam-se algumas medidas exemplares, precursoras da Reforma Fiscal que está já em curso. O terceiro lado do triângulo de ouro é o do equilíbrio financeiro. Continuamos a reduzir o défice e a controlar a dívida. Cumpramos o Pacto de Estabilidade e asseguremos o equilíbrio financeiro. Este é um Orçamento que reduz impostos, que apoia um desenvolvimento económico harmonioso, que garante, imbuído de princípios de solidariedade, o reforço da coesão entre as pessoas, as famílias e as regiões. É um Orçamento de um Estado da União Europeia, aberto ao mundo, na viragem do milénio.

«Estava no 25 de Novembro no centro de operações que o PS tinha na Rua da Emenda, em contacto permanente com as nossa secções espalhadas pelo país e com os militares com quem nos identificávamos»
António Guterres
Público, 25 de Novembro


«O 25 de Novembro foi a consolidação de que a revolução se ia transformar numa democracia plena, representativa, pluralista, com o modelo da União Europeia»
Idem, ibidem

«A democracia portuguesa fez-se do debate fundamental que percorreu o período revolucionário e da recusa dos debatemtes em prolongá-lo pela guerra civil. Fez-se de Abril, de Março e de Novembro»
Augusto Santos Silva
Expresso, 25 de Novembro

«Recordo com admiração o coronel Melo Antunes, que soube evitar na noite do 25 de Novembro que a extrema-direita tomasse conta do País»
Ferro Rodrigues
Público, 25 de Novembro

«Tenho consciência de como, levados por um misto de generosidade e vanguardismo radical, estivemos à beira do abismo»
Idem, ibidem

«O 25 de Novembro foi uma correcção absolutamente necessária»
Jaimé Gama
Ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

